

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.30, n.9-10, setembro/outubro 2008

Sumário

- 3 O COLAPSO DAS FINANÇAS INTERNACIONAIS E O BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 18 A CRISE INTERNACIONAL E O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 21 ECONOMIA DO PARANÁ: INCERTEZAS E EXPECTATIVAS EM PERÍODO DE
CRISE FINANCEIRA GLOBAL
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 23 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO PARANÁ
Maria Saléte Zanchet
- 25 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim, Aline Matsushita, Flávia Tamioso Marvulo e Maria Laura Simões Saker
- 31 ECONOMIA PARANAENSE - Indicadores Seleccionados

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

ALINE MATSUSHITA

FLÁVIA TAMIOSO MARVULO

MARIA LAURA SIMÕES SAKER

(Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

CRISTIANE BACHMANN e ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva traçar, preliminarmente, os antecedentes, a trajetória e os prováveis desdobramentos do primeiro episódio de derrocada financeira internacional do século 21, e levantar alguns canais de transmissão sobre a economia brasileira.

Predominam apostas, nos meios especializados, de que a economia mundial exibirá, a partir de 2009, as marcas do contrato recessivo assinado pelos Estados Unidos (EUA) em 2007-2008, com implicações negativas para as bases comerciais e financeiras dos demais países.

Mais do que isso, é quase consensual o diagnóstico de que a magnitude e a abrangência da primeira grande inflexão do capitalismo dos tempos de globalização serão maiores do que as verificadas no biênio 1981-1982, com o ajuste ao II choque do petróleo de 1979, e só comparáveis à Grande Depressão, que assolou o mundo nos anos 1930, iniciada com a explosão do volume de ordem de vendas de ações entre os dias 24 e 29 de outubro de 1929.

ANTECEDENTES

A deficiente política monetária pós-crash do mercado de ações de 1929, incapaz de restabelecer a liquidez e evitar as corridas bancárias, não apenas precipitou a Grande Depressão da década de 1930, como também custou a troca pelo voto do presidente republicano Herbert Hoover pelo democrata Franklin Delano Roosevelt.

Na ocasião, um grupo de economistas inspirados em John Maynard Keynes e sob o comando do presidente Roosevelt, empossado em março de 1933, lançou o New Deal (Novo Tratado), que continha um conjunto de ações que englobavam o controle da emissão monetária e a formulação e execução de políticas de emprego e de garantia de renda mínima.

O rompimento do quadro de *default* exigiu o emprego dos instrumentos *Emergency Bank Bill* e *Glass Steagall Act*, editados em março e junho de 1933, respectivamente, visando ao refinanciamento das dívidas das empresas e dos produtores rurais e à fixação de garantias mínimas aos depositantes dos bancos. Em 1935 foi instituído o *Work Projects Administration*, destinado à reativação das obras públicas.

De pronto, parece oportuno esclarecer que, ao contrário da crise experimentada nos anos 1930, a instabilidade atual não traduz falta de liquidez, mas, sobretudo, ausência de confiança na capacidade de pagamento dos potenciais tomadores dos recursos emprestados. O desenho do “terremoto financeiro” é fortemente determinado pelo comportamento do núcleo dinâmico do sistema, formado pelo contágio da insolvência experimentada pelo mercado hipotecário periférico norte-americano.

Conhecido como *subprime*, esse mercado é dedicado ao financiamento habitacional para tomadores destituídos de histórico positivo para a quitação de dívidas, em um clima de supressão e/ou abrandamento dos mecanismos de regulação e supervisão bancária e de flexibilização dos critérios de análise de crédito, reinante desde os anos 1980.

O adiamento da contração econômica nos EUA vinha sendo assegurado, entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008, pelas sucessivas operações de socorro, orquestradas pelas autoridades econômicas norte-americanas, especificamente pelo governo Bush e pelo Banco Central daquele país (Federal Reserve - FED), a bancos e instituições correlatas, contagiados pela abrupta queda dos preços dos imóveis e pela vertiginosa evolução da inadimplência das hipotecas de alto risco.

O *boom* imobiliário dos EUA surgiu a partir da política monetária frouxa executada pelo FED, durante a gestão de Allan Greenspan, adepto da regulação mínima dos mercados, que preconizava o enfrentamento do ciclo recessivo eclodido com os escândalos corporativos das empresas da Nova Economia em 2001 e as ofensivas terroristas de setembro daquele ano.

Mais precisamente, houve pleno aproveitamento da curva declinante dos juros primários norte-americanos, que chegou ao piso de 1,0% ao ano, entre julho de 2003 e

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

agosto de 2004, para o financiamento de imóveis, a contratação de hipotecas e a compra de outros bens de consumo duráveis, sendo que a valorização dos imóveis exercia o papel de garantidor de novos empréstimos e da própria onda consumista.

Nesse embalo, as companhias financeiras atuantes no mercado de imóveis passaram a suprir também o ramo *subprime*, integrado por mutuários detentores de histórico de inadimplência e/ou com dificuldades para a comprovação de rendimentos. Os operadores de fundos e bancos passaram a adquirir aqueles papéis mais valorizados das agências inicialmente contratadas e a alavancar novos empréstimos em operações em cadeia, que sustentavam as aquisições de bens de consumo duráveis, inclusive de imóveis.

Consolidou-se no mundo uma verdadeira “corrida da felicidade”, retratada tecnicamente pelo uso abusivo das operações de securitização de crédito e transferência de riscos

No fundo, consolidou-se uma verdadeira “corrida da felicidade”, retratada tecnicamente pelo uso abusivo das operações de securitização de crédito e transferência de riscos, que impulsionou a relação entre os empréstimos totais e o capital dos acionistas dos bancos, e contou com a passividade das agências de avaliação, pagas pelos emissores dos bônus, que classificaram como isentos de qualquer perigo de calote (AAA) papéis garantidos por hipotecas de significativa vulnerabilidade e vendidos e comprados por bancos de investimentos.

DESENHO E CONTORNOS DA CRISE

A espiral descendente das cotações dos imóveis a partir de 2006 (coincidindo com a falência do Ownit Mortgage Solutions, em dezembro daquele ano), explicada pela nova ascensão dos juros, que saíram de 1,0% ao ano (a.a.), em julho de 2004, para 5,25% a.a., em junho de 2006, provocou uma rota encadeada de inadimplência e, no limite, crise de liquidez com diminuição do crédito.

O sinal amarelo mais contundente foi dado em junho de 2007. Naquele mês, o banco norte-americano Bear Stearns e a Countrywide Financial, maior companhia de crédito hipotecário daquele país, divulgaram recuo superior a 30,0% nos lucros trimestrais, associado aos haveres imobiliários. A Country foi absorvida pelo Bank of America.

Em agosto de 2007, o BNP Paribas congelou 2,0 bilhões de euros de três fundos envolvidos em transações com o mercado *subprime* dos EUA. Em setembro, registrou-se queda de 30,0% nos preços das ações do Northern Rock, 5º maior supridor de hipotecas da Inglaterra, nacionalizado em fevereiro de 2008.

Na seqüência, ainda em 2007, a American Home Mortgage (AHM), uma das dez maiores companhias de crédito imobiliário e hipotecas dos EUA, pediu concordata, e o lucro do Citigroup caiu quase 60,0% no 3º trimestre, em razão do fraco desempenho dos ativos ancorados em hipotecas.

Em 2008, depois de observar os prejuízos de quase US\$ 400,0 milhões do Banco Wachovia, o 6º maior em ativos dos EUA, comprado pelo Citigroup, com a ajuda do governo, e de facilitar a venda do Bear Stearns, 2º maior banco de investimentos do país ao J.P. Morgan, no mês de março, os gestores econômicos dos EUA deflagraram a maior operação de socorro da história (até então).

O esquema envolveu US\$ 200,0 bilhões, canalizados para as duas empresas dominantes do mercado de compra e venda de papéis do sistema de crédito imobiliário do país (Fannie Mae e Freddie Mac), objetivando a aquisição de ações preferenciais e intervenção e controle do Tesouro norte-americano. Isto depois de o FED abrir as linhas de desconto às duas empresas.

As duas corporações são de controle privado, supervisionadas por órgão regulador: a Agência Nacional de Financiamento Imobiliário. A Fannie foi criada em 1938, como estatal do New Deal de Roosevelt, para cobrir os financiamentos habitacionais, em lugar do setor privado, retraído por conta da Grande Depressão.

As limitações fiscais impostas pela Guerra do Vietnã levaram à constituição de um duopólio setorial, com a privatização da Fannie e a criação da Freddie (1970), para atuar na comercialização secundária de hipotecas, por meio da aquisição dos créditos imobiliários das instituições financeiras, transformados em títulos e ofertados aos investidores.

Entre 2005 e 2008, as duas companhias, juntas, ampliaram sua participação em concessões ou garantias de empréstimos de 38,0% para 68,0% do mercado, o que equivaliu a US\$ 5,3 trilhões. Com o declínio dos valores dos imóveis (mais de 20,0% entre 2006 e 2008), associado à venda de bens para a quitação de passivos de famílias e empresas, as duas empresas gigantes ficaram insolventes, depois de contabilizarem perdas estimadas de US\$ 14,0 bilhões em um ano, com queda nas cotações das ações de mais de 90,0%, conseqüência de inadimplência de quase 10,0% nos empréstimos, a maior em quatro décadas, inferida pela Mortgage Bankers Association.

Nesse período, o governo dos EUA também estaria construindo condições de transferência do Lehman Brothers e do Merrill Lynch, respectivamente 4º e 3º maiores bancos de investimentos do país, para outra corporação financeira, como alternativa à liquidação. Para o Lehman (com passivo superior a US\$ 600,0 bilhões) a operação foi tardia, pois a instituição pediu concordata, depois de anotar queda no ingresso de recursos de 85,0% em um ano, e prejuízos de US\$ 3,9 bilhões no segundo trimestre de 2008, contra lucro de US\$ 4,2 bilhões em 2007, e declínio do valor das ações de US\$ 83,30, em fevereiro de 2007, para US\$ 3,65 em 12 de setembro de 2008. Já o Merrill foi vendido por US\$ 50,0 bilhões (um terço do valor de mercado) ao Bank of América, depois que os preços de seus papéis encolheram 70,0% em 2008.

Enquanto isso, o FED colocou US\$ 70,0 bilhões à disposição das instituições financeiras, a maior linha de reservas de urgência oferecidas desde setembro de 2001, e US\$ 85,0 bilhões para o resgate da American International Group (AIG), a maior seguradora dos EUA, em troca do controle estatal de quase 80,0% das ações e da gestão dos negócios da empresa. Parte dos recursos adicionais seria lastreada pelo lançamento de US\$ 100,0 bilhões em títulos da dívida, pelo Departamento do Tesouro dos EUA.

Recorde-se que a AIG estava em processo de reestruturação, buscando levantar recursos junto às instituições privadas, depois de acusar rebaixamento de classificação pelas principais agências internacionais de *rating*, conseqüência de acumulação de mais de US\$ 400,0 bilhões de vínculos financeiros com papéis em franca deterioração.

Em simultâneo, os dois maiores bancos de investimentos dos EUA, Goldman Sachs e Morgan Stanley, optaram por diminuir seus graus de exposição, por meio de transformação em *holding*, o que oportunizaria a inclusão de operações de varejo, típicas de bancos comerciais. O Morgan estaria negociando parceria com uma instituição japonesa (MUFG), que assumiria entre 10,0% e 20,0% de seu controle.

Contabilize-se ainda o fechamento do Washington Mutual, pelo Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), empresa responsável pelas garantias das contas e monitoramento dos bancos. A Wamu, principal agência de poupança e 6º maior banco dos EUA em ativos, observou declínio de 80,0% nas cotações de suas ações em 2008 e teve depósitos, bens e parte das dívidas adquiridos pelo JP Morgan, por quase US\$ 2,0 bilhões, o que exigiu esforço de venda de ações de US\$ 10,0 bilhões, em razão das baixas contábeis associadas à incorporação das hipotecas problemáticas.

Em paralelo, os bancos da Inglaterra, Europa e Japão injetaram US\$ 160,0 bilhões no mercado, na forma de abertura de novas linhas emergenciais de crédito. Ademais, ao lado do FED e bancos centrais da Suíça e do Canadá, decidiram praticar ações intervencionistas. O FED optou pela manutenção da taxa de juros de curto prazo dos EUA em 2,0% a.a., no mês de setembro, e articulou, com o Departamento de Tesouro e o Congresso dos EUA, a criação de instrumentos de reciclagem ordenada dos créditos tóxicos (quase que invendáveis por dificuldades de valoração) do mercado hipotecário.

O PACOTE DE ESTABILIZAÇÃO DOS EUA

A ineficácia das medidas anunciadas para o restabelecimento dos parâmetros de equilíbrio dos mercados e a manutenção do quadro de insolvência e de perigo de quebra generalizada de bancos levaram as três instituições (Departamento do Tesouro, FED e Congresso) a organizarem um Pacote de Estabilização, visando a evitar o esfacelamento do sistema financeiro.

Para tanto, lançaram um fundo de resgate dos papéis com problemas (que seriam retirados dos balanços das instituições bancárias, das seguradoras e dos fundos de pensão), atrelados direta e indiretamente ao pilar hipotecário da crise e/ou a outros ativos de risco. O fundo disporia de US\$ 700,0 bilhões, na forma de lançamento de títulos do Tesouro, o que representaria a maior intervenção da história dos EUA à custa de ampliação do endividamento do tesouro.

No entanto, a rejeição do pacote acordado pelas lideranças, por parte da Câmara dos Representantes do Congresso Americano, em 29 de setembro de 2008, que denotou a fadiga de um governo impopular em final de gestão, provocou, em um único dia, a maior queda da história nas principais bolsas de valores do mundo. Só a praça referenciada pelo índice Dow Jones perdeu US\$ 1,2 trilhão, o que corresponderia a quase o valor do PIB anual brasileiro, e bancos foram nacionalizados na Europa.

Em consequência, o FED foi forçado a fornecer, aos bancos, linhas de crédito nas modalidades emergencial (US\$ 150,0 bilhões) e recíproca (com instituições centrais estrangeiras) no valor de US\$ 310,0 bilhões para socorro dos mercados europeu e asiático.

Vale esclarecer que a conduta dos bancos centrais da Europa preconizava o tratamento das situações individualizadas, com manutenção dos juros básicos em 4,25% ao ano (BCE), e a proposição, por parte do Comitê Executivo da união continental, de que os bancos dos 27 países componentes ampliassem os fundos próprios para a cobertura de operações de risco, que superassem 15% das carteiras, retivessem 5,0% do capital aplicado alocado em produtos securitizados e não ultrapassassem 25,0% do conjunto da exposição no interbancário.

A tentativa de desate do nó político nos EUA começou a ser feita pelo Senado, que não apenas aprovou as propostas do pacote mas também incorporou, ao elenco de medidas, a ampliação do volume de recursos disponibilizados pelo Tesouro para US\$ 850,0 bilhões (sendo US\$ 700,0 bilhões para a aquisição de títulos podres e US\$ 150,0 bilhões em diminuição de impostos e incentivos fiscais), a elevação das garantias dos depósitos de US\$ 100,0 mil para US\$ 250,0 mil, e o acesso ilimitado aos recursos do Tesouro pela FDIC, antes estimados em US\$ 30,0 bilhões.

Na parte tributária e fiscal, houve o relaxamento da carga incidente sobre a renda da classe média, de pequenas e médias empresas e de famílias vitimadas por acidentes naturais; e a concessão de benesses fiscais para inversões em pesquisa e desenvolvimento e em energias renováveis (usinas solares ou eólicas, veículos elétricos e fabricação de etanol proveniente de celulose).

Na prática, o Tesouro dos EUA aplicaria US\$ 250,0 bilhões imediatamente, ficando US\$ 100,0 bilhões sujeitos à requisição do presidente da República, e os outros US\$ 350,0 bilhões na dependência de nova autorização do Congresso, com base em apreciação do desempenho do programa de resgate financeiro. O governo assumirá o controle acionário dos socorridos (fração dos papéis de 2ª linha) e serão impostos limites à remuneração dos executivos e criados mecanismos de seguro de crédito específico para os organismos falidos.

O acompanhamento e a avaliação do programa de auxílio terão horizonte de maturação de cinco anos e a fiscalização será empreendida por um Conselho, formado por representantes do FED e Departamento do Tesouro, que prestará contas ao Congresso.

Na realidade, o programa financeiro, aprovado no Senado e na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (EUA), e sancionado pelo presidente Bush, tenciona promover a recomposição dos valores dos ativos financeiros e dos imóveis, o estancamento da onda de falências de instituições e de insolvência das famílias, a recuperação dos níveis de crédito, especialmente do interbancário, e o reerguimento do nível de atividade econômica norte-americana. Há também a preocupação de rolagem da posição do próprio FED, que já teria gasto mais US\$ 600,0 bilhões com a derrocada financeira desde 2007.

Apesar da envergadura, a operação de socorro norte-americana não dispõe de poder para a devolução de vitalidade ao aparelho financeiro

Apesar da envergadura, a operação proposta não dispõe de poder para a devolução de vitalidade ao aparelho financeiro, pois, se os papéis forem leiloados em condições de mercado, haverá elevado deságio e acionistas e investidores amargarão polpudas perdas.

Em caso de comercialização pelo valor de face, caracteriza-se a socialização das perdas da farra das bolhas imobiliária e financeira. Para amenizar esse problema, foi aprovada a suspensão da marcação a mercado dos valores dos ativos pela Securities and Exchange Commission (SEC).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima prejuízos superiores a US\$ 1,4 trilhão com os empréstimos e outros produtos financeiros apenas nos EUA, e já estaria organizando operações de socorro para a Islândia, Paquistão, Belarus, Hungria e Ucrânia, por meio de linha especial de financiamento.

Rigorosamente, o pacote de socorro serviria, na melhor das hipóteses, para interromper o quadro de esfacelamento e recuperar parte do fôlego do sistema bancário durante o ciclo de transição política nos EUA.

A COTA DO RESTO DO MUNDO DESENVOLVIDO

Até aquele instante, o combate à crise global traduzia a mobilização de arsenais financeiros nacionais, restritos e diferenciados. Nessa perspectiva, como parte de uma ação coordenada com outros cinco bancos centrais, o FED mencionou a intenção de ofertar US\$ 450,0 bilhões ao mercado, até dezembro de 2008, na forma de leilões de papéis, além de restabelecer as linhas para giro das operações (de curto prazo), os *commercial papers* (títulos de companhias não financeiras), fato inédito na história da instituição. As instituições partícipes da articulação com o FED foram os bancos centrais do Canadá, Inglaterra, Europa, Japão e Suíça (SNB).

Em trilha análoga, os principais bancos centrais do mundo optaram por executar uma redução articulada do preço do dinheiro, por meio da diminuição dos juros básicos em 0,5 ponto percentual. Foram eles: FED (1,5% a.a.), e os BCs do Canadá (2,5% a.a.), da Suíça (2,5% a.a.), da Europa (3,75% a.a.), da Suécia (4,25% a.a.) e do Reino Unido (4,5% a.a.).

Em fins de outubro, o Banco Central do Japão reduziu os juros de 0,5% a.a. para 0,3% a.a., e o FED também diminuiu os juros básicos para 1,0% a.a. Na tentativa de abrandar a escalada do dólar, a autoridade monetária dos EUA realizou oferta de US\$ 30,0 bilhões individualmente para quatro nações emergentes (Brasil, México, Coreia e Cingapura), visando a garantir a permuta de moedas nacionais por dólar até abril de 2009.

O Reino Unido também anunciou a disponibilização de US\$ 867,0 bilhões para enfrentamento da crise, sendo US\$ 433,5 bilhões para o interbancário, US\$ 346,8 bilhões para o refinanciamento de dívidas e US\$ 86,7 bilhões para a compra de ações das instituições em dificuldades.

A China também deflagrou flexibilização monetária em setembro de 2008, a primeira em seis anos, mediante a redução dos juros básicos e dos depósitos compulsórios. Em fins de outubro, o país anunciou pacote de quase US\$ 300,0 bilhões para a construção de ferrovias, o que pode estimular a demanda agregada pelas compras governamentais.

Nesse ponto, as condutas improvisadas e/ou isoladas, baseadas nos pilares formados por restabelecimento de liquidez (em situação de empoçamento, devido à interrupção do circuito de empréstimos), compra de ativos podres e recapitalização de empresas, passam a assumir formas mais integradas, sob o amparo da sinalização de decréscimo dos juros.

O mais gritante, porém, foi a precificação da recessão realizada pelos mercados. Isso pode ser evidenciado pela derrubada do Índice Dow Jones da Bolsa de Valores de Nova Iorque para patamares prevaletentes no começo do ciclo expansivo experimentado entre 2003 e 2007, pelo derretimento do valor de mercado de companhias tradicionais do segmento

produtivo, e por movimentos cambiais absolutamente fora da curva do realinhamento global nas economias emergentes.

O Dow Jones recuou 40,0% em 12 meses encerrados em outubro de 2008, o que representa perda agregada de US\$ 7,3 trilhões das mais de 1.200 empresas membros. Segundo a consultoria Economatica, os maiores declínios foram registrados por American Int Group (96,4%), General Electric (55,5%), ramo de finanças e seguros (54,9%) e eletroeletrônicos (46,4%).

Um dos aspectos mais bizarros, característicos do estágio dramático da crise, foi que, enquanto o banco norte-americano Morgan Stanley elevava a recomendação dos papéis dos mercados emergentes para o teto de 10,0% acima da referência do mercado (*overweight*), partindo do pressuposto de que estes venham a liderar um ciclo de recuperação econômica, a agência Moody's analisava a possibilidade de rebaixamento das notas da dívida de longo prazo daquela instituição financeira, que, até então, era agraciada com a qualificação A1.

A negação dos mercados às terapias oferecidas para a interrupção do colapso da confiança nas finanças globais repousou fundamentalmente no enfraquecimento da hegemonia política e econômica dos EUA

A negação dos mercados às terapias oferecidas para a interrupção do colapso da confiança nas finanças globais repousou fundamentalmente no enfraquecimento da hegemonia política e econômica dos EUA, agudizado pela aceitação, por parte do FED, da possibilidade de aprofundamento sistêmico, depois do não socorro ao Lehman.

Daí a mobilização internacional expressa em manifestações extraídas de fóruns como os do G-7 e G-20, do FMI, do Banco Mundial, sublinhando a necessidade de esforços conjuntos para a neutralização da crise, inclusive com a reativação dos mercados secundários de hipotecas e outros ativos securitizados.

Esse trabalho foi maximizado por ações mais organizadas, como a dos quinze países da Zona do Euro, que, baseados no modelo britânico do 1º Ministro Gordon Brown, definiram a garantia dos créditos interbancários até o final de 2009, o lançamento de operações de recapitalização e a estatização parcial do sistema bancário, o que significou a permuta de endividamento privado por gasto público.

De pronto, oito nações da Europa (Alemanha, França, Itália, Áustria, Portugal, Noruega, Espanha e Reino Unido) lançaram fundos de socorro de cerca de US\$ 2,0 trilhões, e os EUA divulgaram a compra de US\$ 250,0 bilhões em ações preferenciais, sem direito a voto, das instituições financeiras, com prioridade na distribuição de dividendos e reembolso do capital investido.

Em conjunto, EUA, Alemanha, Reino Unido e França alocaram US\$ 600,0 bilhões para a compra de ações de bancos insolventes, garantia plena dos depósitos (minimizando riscos de corridas bancárias), e restauração do interbancário e de outros empréstimos.

Mas, os sucessivos anúncios de perdas financeiras e a convicção recessiva permaneceram como principais fatores de perturbação. Pelo prisma financeiro, o Citigroup informou prejuízos de US\$ 10,42 bilhões entre janeiro e setembro de 2008 (contra lucro de US\$ 13,45 bilhões no mesmo período de 2007), devido à amortização de aplicações incobráveis (US\$ 2,8 bilhões apenas no 3º trimestre). O Merrill Lynch também experimentou prejuízos de US\$ 14,5 bilhões até setembro *versus* lucro de US\$ 1,85 bilhão em igual intervalo de 2007.

Até o final de outubro de 2008, estimava-se que as operações de socorro suplantariam os 11,0% do PIB de todo o planeta, segundo o FMI e o Banco Central britânico. Trata-se da maior intervenção oficial no sistema financeiro desde a grande depressão da década de 1930, na tentativa de amenizar a pior crise bancária do pós Guerra no mundo.

OS SINAIS DA RECESSÃO

Os meios especializados vêm atribuindo as quedas bruscas nos preços das ações e a valorização do dólar, verificadas em escala planetária, à multiplicação dos receios dos mercados quanto à ocorrência de pronunciada recessão em 2009, como forma de adequação do setor produtivo à escassez e ao provável encarecimento do crédito global.

Na verdade, o mundo capitalista já se encontra mergulhado em um processo recessivo. Nos EUA, o PIB recuou 0,3% no 3º trimestre de 2008. Foi a primeira queda desde o 4º trimestre de 2007 (-0,2%) e a pior performance desde a retração de -1,4% ocorrida no 3º trimestre de 2001. A queda foi motivada pela diminuição do consumo das famílias (-3,1%), a primeira desde 1991 e a mais acentuada desde 1980.

A produção industrial do país caiu 0,6% no 3º trimestre e 4,5% em um ano. Só no mês de setembro de 2008 a variação foi de -2,8%, o pior desempenho desde 1974, ocasião do ajuste recessivo aos efeitos do 1º choque do petróleo. Conforme o Departamento de Comércio daquela nação, as vendas e a construção de residências estariam no menor patamar em 17 anos, tendo caído quase 35,0% e 31,0%, respectivamente, em 12 meses encerrados em setembro de 2008.

O desemprego americano chegou a 6,5% da PEA em outubro de 2008, a maior taxa em quatorze anos, e o volume de pedidos de seguro desemprego foi o maior desde setembro de 2001. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) inferiu acréscimo de 20 milhões de desempregados no mundo em 2009.

O Índice de confiança do consumidor dos EUA, calculado pela Universidade de Michigan e Agência Reuters, caiu de 70,3 pontos, em setembro, para 57,5 pontos, em outubro, exprimindo o maior declínio e o 2º pior desempenho da história. As medições são realizadas desde 1952 e a pior performance ocorreu em maio de 1980 (51,7 pontos).

Irlanda, França, Alemanha e Reino Unido já atravessavam um panorama recessivo. A economia francesa recuou 0,3% e 0,1% no 2º e 3º trimestres do ano, respectivamente, e a irlandesa caiu 0,3% e 0,5% no 1º e 2º trimestres, respectivamente. Na Alemanha, houve redução do PIB de 0,5% e de 0,25%, no 2º e 3º trimestres do ano, respectivamente. No Reino Unido, o PIB recuou 0,5% no 3º trimestre, o 1º resultado negativo desde 1992, e o desemprego atingiu 5,7% da PEA, o maior nível desde 2000.

O PIB do Japão caiu 3,0%, em bases anualizadas, no 2º trimestre de 2008, equivalendo ao pior comportamento desde o 3º trimestre de 2001, quando a economia mundial foi atingida pelas medidas recessivas adotadas pela administração Bush, depois dos atentados terroristas às torres gêmeas, ou ao World Trade Center. Já a Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu pelo corte de 5,0% na produção diária do óleo, como forma de enfrentamento à brusca queda de preços.

Até a economia chinesa vem evidenciando desaceleração. Depois de observar crescimento anual superior a dois dígitos desde 2003, o PIB daquele país variou 9,9% entre janeiro e setembro de 2008, contra 12,2% no mesmo lapso temporal de 2007. O mercado imobiliário chinês começou a acusar sintomas negativos no corrente ano. A comercialização de apartamentos e a aquisição de terrenos declinou 14,0% e 7,0%, respectivamente, entre janeiro e setembro de 2008, contra igual intervalo de 2007.

Por tudo isso, as rodadas de restrição monetária a serem impostas ao mundo capitalista depois das eleições nos EUA devem intensificar a aversão ao risco e encurtar a liquidez, não compensada pela injeção de haveres adicionais por parte dos bancos centrais.

Na mesma rota, devem arrefecer o ímpeto do comércio e da produção e corroborar o ajuste para baixo nas bolsas, nas moedas e nos papéis dos emergentes, especialmente aqueles hospedados em fundos de renda variável, e nas cotações das *commodities*, desinflando-as da bolha financeira, por meio do desmanche das operações especulativas imperantes nos mercados futuros. Em outros termos, a curva cadente da produção e do comércio deve subtrair o peso da inflação de *commodities* da cena mundial.

Mesmo porque, a saída maciça de haveres dos fundos especializados em *commodities*, na mira de ativos de reduzido risco e elevada liquidez, estaria na raiz da queda abrupta das bolsas asiáticas e da contaminação dos bancos europeus – como o Hypo Real State (HRE)

da Alemanha, atendido com 50 bilhões de euros, e o Fortis, belga-holandês comprado pelo BNP Paribas –, verificada no começo de outubro de 2008.

Isso exigiu providências específicas dos bancos centrais de diferentes países, ancoradas na provisão de liquidez e na garantia de depósitos de correntistas e poupadores particulares em até 50 mil euros por um período de um ano. No final de outubro, o BCE injetou US\$ 505,0 bilhões no mercado, sendo 80,0% a juros de 3,75% a.a. e 20,0% a juros de 2,11% a.a.

Cálculos do FMI sinalizam expansão de 3,7% para o PIB mundial em 2008 e de 2,2% em 2009. O PIB brasileiro deve crescer 3,0% em 2009, acima do projetado para os EUA (-0,7%), Zona do Euro (-0,5%), Japão (-0,2%), Reino Unido (-1,3%), mas abaixo das previsões feitas para os demais membros do BRIC: China (8,5%), Índia (6,3%) e Rússia (3,5%). Lembre-se de que a expressão BRIC foi apresentada no final de 2001, por Jim O'Neill, economista do grupo Goldman Sachs, para rotular as quatro principais nações emergentes do mundo.

AS DEFESAS E FRAQUEZAS DO BRASIL

No caso brasileiro, as estatísticas de Produto Interno Bruto (PIB) relativas ao 1º semestre de 2008 revelavam um sistema econômico ainda bastante aquecido, comandado pelo comportamento dos componentes da demanda doméstica, ainda não afetados pela estratégia de elevação dos juros básicos praticada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), passando de 11,0% ao ano, em abril, para 13,75% a.a. em setembro do corrente ano, culminando em juros reais de 8,0% a.a., os maiores do planeta.

De fato, tal postura é executada no afã de combater pressões inflacionárias ocasionadas por choques externos, verificados entre julho de 2007 e junho de 2008, quando as cotações das *commodities* agrícolas, metálicas e minerais dispararam no mercado internacional, em resposta à impulsão do consumo dos países asiáticos, liderados pela China.

Em seu conjunto, o nível de atividade econômica observou incremento de 6,0% no período em pauta, sendo 6,3% para o setor industrial, 5,3% para os serviços e 5,2% para a agropecuária. Tratou-se da 2ª maior variação semestral do PIB em 12 anos, que alterou o patamar expansivo, o que parece bastante relevante quando cotejado com os 2,3% a.a. experimentados nas últimas três décadas. O desempenho atual ficou atrás apenas do 1º semestre de 2004, ocasião em que houve o espraiamento da vigorosa ascensão das exportações sobre as variáveis domésticas.

A performance do setor agropecuário foi determinada pela expansão de 9,0% dos grãos, resultando em safra recorde de 145,1 milhões de toneladas, dimensionada pelo IBGE. Na indústria, o carro-chefe foi a construção civil, que subiu 9,4% em atendimento à reação da demanda reprimida por habitações, em um cenário de recuperação da massa de salários (contingente empregado e rendimentos reais), base da arrecadação das fontes institucionais de financiamento imobiliário, de redução da carga tributária incidente sobre a cesta básica de materiais de construção, e de aceleração das inversões industriais e comerciais.

Os empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal (CEF) ao segmento habitacional perfizeram R\$ 14,4 bilhões entre janeiro e setembro de 2008, contra R\$ 15,3 bilhões em todo o ano de 2007, sendo que 40,0% dos recursos foram destinados a mutuários com rendimentos mensais inferiores a cinco salários mínimos.

Já nos serviços, os destaques couberam aos intermediários financeiros (14,0%), aos serviços de informação (9,6%) e ao comércio (8,3%), cuja explicação pode ser encontrada, respectivamente, no aumento dos juros (14,0%) e da carga tributária (8,3%), na apreciação cambial e na restauração do poder de compra das famílias.

Há que se considerar também a interferência do deslocamento de parcela do poder aquisitivo adicional das famílias (principalmente aquele ensejado pelo declínio estrutural da inflação) para a realização de gastos com itens ligados à informática e à informação, particularmente telefonia e internet, a preços estáveis e/ou cadentes propiciados pelo barateamento das peças, partes e produtos finais por causa da vantagem cambial.

Em uma incursão pela ótica da utilização final, percebeu-se a confirmação de trajetórias crescentes para todos os elementos domésticos, com acréscimos dos dispêndios governamentais (5,6%), do consumo das famílias (6,7%) e da formação bruta de capital fixo, ou taxa de investimento (15,7%).

Enquanto a firme escalada dos gastos públicos evidencia a permanente recusa das diferentes instâncias governamentais em proceder ao ajuste fiscal estrutural pelo lado das despesas, otimizada durante o ciclo eleitoral, o consumo privado traduz a retomada da renda e do crédito e o alargamento dos programas oficiais de transferência de renda.

Por seu turno, a alta do investimento expressa a disposição dos agentes de execução de projetos em ampliação e modernização da capacidade produtiva da economia, cuja maturação, ao lado de procedimentos de adaptação de processos e emprego de turnos extraordinários de produção, justificaria a estabilização do grau de utilização do capital fixo industrial em 85,0%, conforme pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com isso, a taxa de inversão chegou a 18,5% do PIB contra 15,2% em 2003, mas bastante aquém dos 25,0% do PIB acusados nos tempos de crescimento encorpado dos anos 1970. Estimativas do mercado denotam que um crescimento contínuo de 6,0% a.a. exigiria taxas de investimento entre 22,0% e 23,0% do PIB.

A contribuição do setor externo para o incremento do PIB vem sendo negativa desde 2006, em razão da perda de competitividade das vendas e do exponencial aumento das importações, frutos da pronunciada valorização do real, produzida pela combinação entre saldos comerciais positivos e, principalmente, entrada líquida de capitais de curto prazo, em busca dos ganhos derivados dos enormes diferenciais entre os juros internos e aqueles praticados nos demais mercados do planeta.

Enquanto as exportações cresceram 1,6% nos primeiros seis meses de 2008, as importações do País saltaram 22,4%, aspecto revelador do retorno do fenômeno de deterioração das contas externas em paralelo ao desequilíbrio das finanças globais.

Em síntese, os resultados do PIB do 1º semestre enfeixam a compressão da dinâmica e/ou inserção externa da economia brasileira, ligada, de um lado, às agruras ocasionadas pela falta de zelo com a preservação da competitividade da taxa de câmbio e, de outro, à excessiva especialização do País em *commodities*, decorrente da perseguição do aproveitamento de oportunidades conjunturais e da falta de vontade de viabilização dos objetivos de longo prazo da política industrial.

Mais do que isso, os números do PIB abarcam o apreciável curso ascendente do mercado interno, configurando um verdadeiro deslocamento do eixo de crescimento brasileiro desde 2006. Os pilares domésticos do ciclo de fortalecimento da produção e das transações tiveram como embrião os próprios efeitos multiplicadores das exportações nas atividades internas a elas articuladas, no ano de 2004 até o 1º semestre de 2005, e ganharam força a partir do final de 2005, com a conjugação virtuosa de alguns motores.

Dentre os fatores positivos, emergiram a redução do preço, a ampliação da oferta e o alongamento dos prazos do crédito, notadamente ao consumo, inclusive com a disseminação da modalidade em consignação, com desconto na folha de salários dos trabalhadores dos setores público e privado, e dos aposentados e pensionistas da previdência social.

Igualmente relevante foi a recuperação dos níveis de emprego e de salários reais, capitaneados pela política de valorização do mínimo e pelas conquistas da esmagadora maioria das categorias dos trabalhadores, quando dos dissídios e acordos coletivos, e a proliferação do Programa Bolsa-Família.

No tocante ao mercado de trabalho, cumpre sublinhar a ampliação do grau de formalização, em virtude da melhor saúde da economia e do aprimoramento dos níveis de eficiência da fiscalização do Ministério do Trabalho. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o contingente ocupado formal aumentou 2,087 milhões nos primeiros nove meses de 2008, superando o recorde histórico verificado em todo o ano de 2005 (1,666 milhão). No mesmo sentido, a taxa de desemprego atingiu 7,6% da População Economicamente Ativa (PEA) em setembro de 2008, o 2º menor nível da história, atrás apenas dos 7,4% experimentados em dezembro de 2007.

Cabe qualificar melhor a interferência dos movimentos do crédito e dos salários na demanda. O montante de crédito disponibilizado ao setor privado (ao redor de 39,0% do PIB em setembro de 2008, o maior desde 1994, ou pouco mais de 50,0% se consideradas as operações financeiras celebradas entre as empresas) representa menos da metade do registrado pelas nações desenvolvidas ou emergentes. As variações reais dos salários industriais estão aquém dos ganhos de produtividade (3,4% *versus* 4,1% em 12 meses encerrados em setembro de 2008).

No campo das contas públicas, o resultado consolidado no período janeiro-setembro de 2008 revelou superávit de R\$ 118,4 bilhões, ou 5,59% do PIB contra meta de 4,3% para o ano de 2008 fechado. A dívida pública chegou a R\$ 1,182, ou 38,3% do PIB.

Por um prisma estrutural, os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do IBGE, corroboram a base de recuperação do mercado interno. O Coeficiente de Gini (indicando desconcentração de renda à medida que se afasta de 1,0) caiu de 0,593, em 2001, para 0,552 em 2007.

Verificou-se diminuição, ainda que tímida, da desigualdade, com os 10,0% mais ricos percebendo remuneração média 17,7 vezes acima dos 40,0% mais pobres da população em 2007, contra 22,9 vezes em 2001. Mas, enquanto os 10,0% mais ricos abocanham 40,0% da renda, aos 40,0% mais pobres sobram 10,0% do bolo monetário.

De acordo com avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no intervalo em questão, a taxa de crescimento da renda dos 10,0% mais pobres foi de 7,0% ao ano, bastante próxima à da China, e maior que a de 99,0% dos 171 países acompanhados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Já o rendimento médio mensal real do trabalhador, mesmo situando-se, em 2007, 15,6% acima do nível verificado no triênio 2002-2004, ainda esteve 13,3% e 6,2% abaixo do auferido em 1986 e 1996, respectivamente. Lembre-se de que o ano de 1986 foi marcado pela explosão de consumo decorrente da ampliação do poder de compra dos salários, gerada pelo Plano Cruzado, e o exercício de 1996 foi caracterizado pela recuperação da gestão do Plano Real, depois dos constrangimentos ocasionados pela crise do México.

A PNAD ainda estimou que cerca de 13,8 milhões de brasileiros teriam mudado de categoria social entre 2001 e 2007. Destes, aproximadamente 10,2 milhões teriam se deslocado da faixa inferior de rendimentos mensais (até R\$ 545,66 por família) para a posição intermediária (até R\$ 1.350,82), e 3,6 milhões alçaram a posição superior (acima de R\$ 1.350,82).

O surgimento e a perenização de tais ingredientes, em clima de controle da inflação, favoreceram o consumo e a fabricação de bens duráveis e/ou essenciais, com efeitos para frente e para trás em distintas cadeias de negócios, inclusive naquelas ligadas aos salários e ao investimento produtivo.

A reanimação da economia e a recuperação dos principais indicadores sociais no Brasil também podem explicar a avaliação positiva e a popularidade recordes do governo e do presidente Lula, respectivamente

A reanimação da economia e a recuperação dos principais indicadores sociais também podem explicar a avaliação positiva e a popularidade recordes, do governo e do presidente Lula, respectivamente. Conforme pesquisa do Instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT/Sensus), a aprovação do governo passou de 57,5%, em abril, para 68,8% em setembro de 2008, e a do presidente subiu de 69,3% para 77,7% no mesmo intervalo. Tais resultados são recordes registrados pela pesquisa, iniciada há dez anos.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI)/IBOPE expôs que a aprovação da administração Lula chegou a 69,0% em setembro, equivalendo ao melhor desempenho desde 1982, ocasião do começo dos levantamentos, perdendo apenas para a popularidade do governo Sarney, que, em 1986, no ápice do Plano Cruzado, chegou a 72,0%.

Em curva análoga, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), alcançou 112,7 pontos em setembro de 2008, contra 108,2 em julho. O Índice integra a Sondagem de Expectativas do Consumidor, e é obtido por pesquisa efetuada em dois mil domicílios, em sete capitais do País, variando entre zero (pessimismo pleno) e 200 (otimismo absoluto).

Por certo, a consolidação dessa etapa expansiva da economia brasileira dependeria dos humores dos mercados externo e interno. No âmbito internacional, o ajuste depressivo

da bolha de *commodities* (produtos básicos e intermediários) e a elevação do custo do crédito poderão afetar negativamente o comportamento dos fatores de empuxe da economia brasileira, ao diminuir a rentabilidade das exportações e dificultar a renovação e/ou encarecer o acesso às linhas de financiamento dos investimentos produtivos.

Entretanto, é crucial considerar que o Brasil ainda vem tirando proveito da solidez dos fundamentos econômicos. Isso pode ser comprovado pela decisão do banco de investimentos Morgan Stanley em elevar a participação das ações de empresas do País, como a Vale e a Petrobrás, em sua carteira para os emergentes. Aliás, o Brasil já figurava na sugestão *overweight* (OW) da agência, o que significa superior à média de mercado, ao lado da Rússia, Taiwan, Polônia e Israel.

Inquestionavelmente, o País contabilizou ganhos expressivos desde o ciclone econômico de 2002, acoplado ao suposto risco Lula. Foram eles a redução da inflação e dos juros pela metade (apesar do repique do 1º semestre de 2008), do risco-país em 90,0% e da dependência comercial das nações industrializadas, a duplicação do patamar de crescimento, a zeragem da dívida pública interna dolarizada e a quintuplicação das reservas internacionais, que, ressalte-se, correspondem a 1/3 do movimento de capitais de curto prazo.

Também expressiva foi a busca de frentes direcionadas à ampliação qualitativa e quantitativa da matriz energética, com o aumento da produção interna de petróleo e o avanço de fontes renováveis, e a diversificação dos destinos das vendas externas. Presentemente, entre os mercados absorvedores das exportações brasileiras figuram Europa (25,0%), América Latina (20,0%), Estados Unidos (15,0%) e Ásia (15,0%).

Segundo apurações da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Brasil teria atraído US\$ 34,6 bilhões em investimentos diretos estrangeiros em 2007, figurando no 14º posto no ranking mundial, e em 4º lugar entre os emergentes, atrás da China, Hong Kong e Rússia.

Além disso, pesquisa do IPEA aponta que o Brasil, em um conjunto de 23 nações consideradas emergentes, passou dos 25,0% mais vulneráveis em 1998 para os 25,0% menos vulneráveis em 2007.¹ O grau de vulnerabilidade foi avaliado pelo comportamento do risco país, ou do Emerging Markets Bond Index Global (EMBIG), calculado pelo J.P. Morgan, e considerado *proxy* do risco soberano.

Por tudo isso, no âmbito interno, a provável travessia menos traumática de final de ano estaria nas implicações positivas do ambiente subjacente às eleições e da massa adicional de recursos colocada no aparelho econômico pelo pagamento do 13º salário aos trabalhadores.

Mesmo assim, não seria prudente negligenciar o rebatimento da crise externa. De fato, a tentativa de minimização da reprodução da crise de confiança internacional na economia brasileira carrega erros de avaliação de eventos pretéritos e presentes.

A retórica do crescimento na contramão da trajetória mundial poderia conduzir à repetição dos equívocos de orientação econômica cometidos no final dos anos 1970 e começo dos 1980, quando, ignorando o caráter temporalmente prolongado dos efeitos do choque internacional do petróleo e dos juros, e supondo que os focos inflacionários poderiam ser debelados por medidas de ampliação da oferta, as autoridades brasileiras produziram desajustes no balanço de pagamentos sem precedentes na história do País.

Mais que isso, a negação da possibilidade de contágio do cenário negativo, mediante o anúncio da intenção de emprego incremental de linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em compensação à escassez de crédito externo e/ou proveniente do mercado de capitais, comprovou o aparente desconhecimento de que o alvo imediato da retração seriam os haveres de curto prazo.

Não seria exagero supor que, dada a enorme diferença entre a taxa de juros de longo prazo (TJLP – 6,25% a.a., desde julho de 2007), referência para a maior parte dos financiamentos do BNDES, e a Selic (13,75% a.a.), que expressa essencialmente o preço de rolagem da dívida pública, fração nada desprezível dos desembolsos da agência de fomento teria como destino as carteiras de curto prazo dos bancos. No final de outubro, o banco anunciou linha de R\$ 3,0 bilhões para capital de giro, a juros de mercado.

Nas circunstâncias atuais, o efeito instantâneo da crise, representado pela retração do mercado acionário, implicou perda de valor e, por extensão, de capacidade de financiamento das empresas, ainda que parcela dos recursos retirados das bolsas tenham migrado para as carteiras dos bancos que operam com títulos públicos, com atratividade multiplicada pelos

¹ MOREIRA, Ajax; ROCHA, Katia; SIQUEIRA, Roberto. **O papel dos fundamentos domésticos na vulnerabilidade econômica dos emergentes.** Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1358, 23p.)

sucessivos ajustes dos juros promovidos pelo Copom e pelo encurtamento dos prazos de rolagem da dívida, cujo estoque chegou a R\$ 1,32 trilhão em agosto de 2008.

Mesmo porque, é exatamente isso que vem acontecendo no palco externo. Os juros interbancários atingiram os maiores patamares desde o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, verificado em outubro de 1987; a magnitude de deslocamento dos ativos de risco para modalidades de aplicações mais seguras é a maior desde a Segunda Guerra mundial (1939-1945) e o retorno dos papéis do governo norte-americano com prazos de vencimento de até 90 dias é o menor desde 1941.

Contudo, a dramaticidade dos impactos das decisões conservadoras e/ou das escolhas estratégicas do Copom, mirando o centro da meta de inflação para 2009, poderá ser enxergada e vivenciada em 2009. Segundo a Serasa, a inadimplência (atrasos nos pagamentos superiores a 90 dias) dos consumidores brasileiros subiu 7,6% nos primeiros nove meses de 2008, em relação a igual período de 2007. Do total da inadimplência, 43,2% representam dívidas com bancos, 32,9% com cartões de crédito e financeiras e 21,8% com cheques sem fundos.

Os juros médios cobrados de empresas e consumidores superaram o patamar de 40,0% a.a. em setembro de 2008, aproximando-se do nível de novembro de 2006, depois de caírem para 33,0% em 2007. As taxas para pessoas jurídicas situam-se em cerca de 28,0% a.a., as maiores desde junho de 2006, e, para pessoas físicas, em 53,0% a.a. Só nas operações com cheque especial, os juros cobrados estariam perto de 170,0% a.a. O volume de crédito estaria ao redor de 39,0% do PIB, conforme já assinalado.

*A operação em fase com a economia mundial
conduzirá o Brasil a uma rota de desaceleração,
acomodando e/ou interrompendo a trilha
crescente vivenciada entre 2006 e 2008*

Nesse particular, a operação em fase com a economia mundial conduzirá o Brasil a uma rota de desaceleração, acomodando e/ou interrompendo a trilha crescente vivenciada entre 2006 e 2008. Os impactos poderão ser diferenciados nas contas comerciais e financeiras. Mas, não há como negar que, em condições de elevação dos níveis de endividamento e de redução da poupança do setor privado (empresas e famílias), haverá perda de ímpeto das vendas, da produção, da renda, do consumo e do investimento, no clássico formato do círculo vicioso.

Decerto, o efeito negativo produzido pela rota cadente da demanda e dos preços globais, e do mercado de *commodities* em particular, pode até ser contrabalançado parcialmente pela trajetória de depreciação do real, que redefiniu a estrutura de preços relativos. Haverá ainda a redução de importações e, conseqüentemente, o abrandamento da fragilização do balanço de pagamentos, associada aos déficits em conta corrente, e o encarecimento dos bens de investimento. Porém, é prudente não esquecer que a valorização do dólar no Brasil vem sendo gerada por eventos patológicos e não por orientações deliberadas e/ou acertos da gestão econômica.

No campo financeiro, percebe-se a reduzida exposição dos bancos brasileiros em parâmetros de elevado risco e a ainda não tão expressiva presença, no País, dos bancos estrangeiros em situação de colapso. No final das contas, por aqui, os intermediários financeiros prosseguiram participando da rolagem dos títulos da dívida pública, detentores de liquidez, segurança (garantia de recompra) e rentabilidade (taxas de juros reais mais de três vezes acima da média internacional).

Parece correto também atribuir a menor vulnerabilidade dos organismos bancários do País, diante do colapso americano, a dois instrumentos de socorro público, executados nos anos 1990, como forma de viabilização do ajuste das instituições financeiras às dificuldades impostas pelo desaparecimento do lucro inflacionário, ocasionado pela estabilidade monetária propiciada pelo Plano Real.

Foram eles o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), criado em novembro de 1995, destinado às agências privadas; e o Proes, instituído em agosto de 1996, voltado às entidades públicas. O Proer envolveu R\$ 20,4 bilhões e o Proes exigiu a emissão de R\$ 61,0 bilhões em títulos federais, que, em conjunto, abocanharam mais de 10,0% do Produto Interno Bruto (PIB). Ambos objetivaram desde o rearranjo das carteiras de ativos e passivos até processos de fusão e aquisição de instituições.

Ainda assim, a atual evasão de recursos de fundos do Brasil tem atingido gestoras pertencentes a profissionais que já integraram equipes econômicas, como Mauá, Quest e Ciano, que, no transcorrer de 2008, sofreram compressão de patrimônio de 90,0%, 80,0% e 43,0%, respectivamente.

O reconhecimento do cenário de insuficiência de crédito e de volatilidade do câmbio levou o governo a retomar as operações de venda de dólares e a anunciar providências de natureza emergencial para permitir uma travessia menos traumática da fase aguda da crise. O Banco Central (BC), no mês de setembro de 2008, flexibilizou as regras dos recolhimentos compulsórios, através da triplicação do desconto de 10,0% das exigibilidades, o que deveria ampliar as somas livres para empréstimos em R\$ 13,2 bilhões (1,0% do estoque de crédito).

Os compulsórios configuram a parte dos depósitos bancários recolhidos obrigatoriamente junto à autoridade monetária e remunerados pelos custos de captação dos recursos de cada modalidade, sendo de 45,0% sobre os depósitos à vista (mais 8,0% de exigibilidade), de 15,0% sobre as captações a prazo (mais 8,0%) e de 20,0% sobre as cadernetas de poupança (mais 10,0%).

Em outubro de 2008, o BC autorizou a utilização de 40,0% dos recolhimentos compulsórios a prazo, em troca da compra de operações de crédito de outras instituições com ativos de referência de no máximo R\$ 7,0 bilhões, o que deveria injetar mais R\$ 23,5 bilhões no sistema, totalizando R\$ 36,7 bilhões com as duas intervenções.

Ainda em outubro, o BC adotou diminuição da alíquota adicional de 8,0% para 5,0% sobre os depósitos a prazo, e a elevação do teto de isenção de recolhimento de R\$ 300,0 milhões para R\$ 1,0 bilhão nos recolhimentos à vista, acrescentando R\$ 70,3 bilhões à oferta de recursos. Houve ainda a retirada da remuneração pela Selic de 70,0% do recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo, para forçar a absorção das operações de crédito das instituições menores pelas maiores.

Adicionalmente, o governo editou medida provisória (MP) autorizando o BC a comprar carteiras de bancos de pequena dimensão e a promover leilões de dólares a bancos brasileiros no exterior, lastreados no estoque de reservas internacionais permutáveis por títulos resgatáveis.

Na prática, tal decisão representou a criação de uma linha especial de financiamento às exportações e de ampliação de recursos para as operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC), nas quais as empresas oferecem a moeda estrangeira a ser recebida como garantia dos empréstimos. Houve ainda a zeragem do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre as aplicações no mercado de capitais e as operações de empréstimos externos.

O executivo também lançou outra MP, traduzida na adesão ao pacote Gordon Brown, autorizando os bancos públicos brasileiros, Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), a comprarem participações de qualquer tipo de instituição financeira atuante no País, inclusive de companhias de seguros e de previdência aberta, sem a obrigatoriedade de realização de licitações, e a constituírem bancos de investimentos com subsidiárias no exterior.

Pela MP, a CEF ficaria autorizada a participar de forma societária em construtoras que manifestem dificuldades financeiras. Essa medida buscava resguardar os níveis de funcionamento de uma das áreas determinantes da reativação recente da economia brasileira, dependente de crédito de longo prazo e com enorme multiplicador de emprego não qualificado.

Não obstante o caráter correto da intenção, seria necessário atentar para a ampliação do nível de exposição dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e as carências conjunturais localizadas da construção civil, representadas por capital de giro para a fase inicial das obras, além dos requerimentos estruturais manifestados pelo caráter inexorável das fusões e aquisições. Para

o giro dos negócios o governo anunciou crédito de R\$ 3,0 bilhões no final de outubro, que poderá ser ampliado para R\$ 11,0 bilhões, com a utilização de 5,0% dos recursos das cadernetas de poupança.

É oportuno assinalar também que a escalada do dólar, ou a reversão do *overshooting* do real, vem impondo substanciais perdas a grandes empresas brasileiras, que apostavam na continuidade da desvalorização da moeda norte-americana. Por realizarem operações com derivativos cambiais, os grupos Votorantin, Aracruz e Sadia amargaram perdas de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 1,95 bilhão e R\$ 0,750 milhão, respectivamente, tendo suas notas rebaixadas pela agência de *rating* Fitch. Os derivativos cambiais representam vendas futuras de moeda estrangeira por cotações que não resistiram ao recente movimento de supervalorização.

Se forem computados os saldos de todas as operações, a Sadia experimentou perdas de R\$ 777,4 milhões no 3º trimestre, contra lucro de R\$ 188,0 milhões no mesmo período de 2007, sendo que, no ano, os prejuízos totalizaram R\$ 443,0 milhões. A Aracruz contabilizou prejuízos líquidos de R\$ 1,64 bilhão no 3º trimestre de 2008, contra lucro de R\$ 261,0 milhões no mesmo período de 2007.

Já o grupo Klabin, com metade dos passivos dolarizados, amargou prejuízos líquidos superiores a R\$ 250,0 milhões no 3º trimestre de 2008 *versus* lucro de quase R\$ 180,0 milhões em igual tempo de 2007. A performance negativa foi influenciada pelos resultados financeiros (-R\$ 447,0 milhões contra + R\$ 101,0 milhões no mesmo período de 2007).

É inegável que esses resultados devem afetar negativamente a curva de investimentos. Pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) constatou que 67,0% de uma amostra de 658 estabelecimentos projeta diminuição dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva em 2009.

O índice de confiança do empresário industrial, medido pela CNI, caiu de 58,1 pontos, em julho, para 52,5 pontos em outubro de 2008, contra 60,4 pontos no mesmo mês de 2007, representando a pior expectativa desde 2005. Em semelhante sentido, a sondagem conjuntural da CNI revelou que as indústrias brasileiras teriam acumulado estoques acima do planejado no 3º trimestre do ano.

A Aracruz suspendeu a construção de uma fábrica de celulose de R\$ 4,9 bilhões no Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras informou o prolongamento temporal, de 2013 para 2020, da maturação das inversões nos campos recém-descobertos além da costa da Região Sudeste, conhecidos como pré-sal, orçados em US\$ 600,0 bilhões.

Até porque, não se deveria esperar algo muito diferente. O efeito geral da crise consiste na deterioração da orientação macroeconômica, através da interrupção abrupta do crédito externo, da compressão do financiamento interno, do declínio das cotações dos produtos exportados e da perda de riqueza financeira. Como produto final, têm-se a elevação do custo do capital e do câmbio, a diminuição das reservas internacionais e a reprogramação dos investimentos.

Porém, o desaquecimento da economia brasileira representará a oportunidade para recolocação, na mesa de discussões, da formulação e execução do planejamento de longo prazo, incluindo a nova geração de reformas institucionais e o resgate de projetos voltados à capacitação de capital humano e à desobstrução dos gargalos infra-estruturais e de insumos básicos, de caráter antecedente ao autêntico crescimento e desprovido de focos inflacionários, e ordenados e fiscalizados por agências reguladoras efetivamente independentes.

Dentre as mudanças de base, seriam assinaláveis as revisões tributária, trabalhista, judiciária, previdenciária e política, a racionalização estrutural do dispêndio público e a viabilização das Parcerias Público-Privadas nos segmentos infra-estruturais. Só assim será possível a obtenção de mudanças duradouras de patamares de crescimento sem os riscos de apagões logísticos.

Mesmo porque, em estágios de crise, o investimento público pode atuar como elemento amortecedor do declínio das inversões do setor privado. No final das contas, as ações de socorro de liquidez devem ser reforçadas com a ampliação da abrangência de atuação governamental, inclusive como mercado comprador para o meio empresarial produtivo e mecanismo de transferência de renda não inflacionária à parcela menos aquinhoada da sociedade.

O Brasil figura na 125ª posição, em um painel de 181 países, em pesquisa de competitividade realizada pelo Banco Mundial. Só a título de ilustração, aquela entidade multilateral de crédito inferiu que o brasileiro despenderia anualmente 2.600 horas de esforço

remunerado para o pagamento de impostos, contra 549 horas no México, 316 horas no Chile, 187 horas nos EUA e 63 horas na Suíça.

Não obstante, no ranking de competitividade preparado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil teria passado do 72º para o 64º lugar entre 2007 e 2008, ficando atrás, por exemplo, do México (60º), da Rússia (51º), da Índia (50º), da China (30º) e do Chile (28º). As cinco nações mais competitivas seriam os EUA, Suíça, Dinamarca, Suécia e Cingapura.

Mesmo ressalvadas as peculiaridades históricas, o ajuste brasileiro aos constrangimentos cambiais provocados pela Grande Depressão do decênio de 1930 incitou a superação da subordinação comercial exclusiva a um modelo primário exportador de café, sensível à deterioração das relações de troca nos mercados mundiais.

Ademais, ensejou a deflagração de uma industrialização por substituição de importações, voltada ao mercado interno, e dependente dos fluxos financeiros e tecnológicos internacionais, que, em menos de cinquenta anos, permitiu a complementação do ciclo da segunda revolução no País, só que a um preço de escalada da inflação e do endividamento externo.

A CRISE INTERNACIONAL E O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

As estatísticas mais recentes confirmam o contágio da economia real pela crise originada no mercado *subprime*. No mês de setembro, a produção industrial norte-americana recuou -2,8%, em relação a agosto no resultado ajustado sazonalmente, com queda de -4,5% em comparação a igual mês do ano passado, segundo dados do Federal Reserve (FED). Conseqüentemente, a utilização da capacidade instalada do setor manufatureiro caiu para 76,4%, o mais baixo nível dos últimos 59 meses, acompanhando a piora de outros indicadores econômicos. De acordo com o US Department of Labor, a taxa de desemprego na maior economia mundial atingiu 6,1% em setembro, muito acima, por exemplo, dos 4,7% registrados no mesmo mês de 2007.

Diante desse quadro, reforçado por várias outras estatísticas referentes ao nível de atividade, não parecem ser exageradas as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que indicam taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano de apenas 1,4% em 2008 e -0,7% no ano seguinte. Nos casos do Japão, da China e da União Européia, são estimadas variações reais do PIB de, respectivamente, -0,2%, 8,5% e -0,2% no exercício de 2009, inferiores aos resultados registrados nos últimos anos, contribuindo fortemente para a diminuição do ritmo do crescimento mundial, de 3,7% em 2008 para 2,2% em 2009 (em 2007, a economia global avançou consideráveis 5,0%).

Portanto, é certo que as condições do mercado internacional serão menos favoráveis, afetando o comércio exterior brasileiro. Nesse sentido, vêm se confirmando as expectativas de reversão da trajetória alista das cotações das *commodities*, o que é preocupante para os países que são ofertantes líquidos desses produtos, como o Brasil. No próximo ano, o índice de preços em dólares das *commodities* deverá recuar significativamente (diversas projeções de instituições internacionais apontam para uma queda próxima de -5,0%), após sete anos consecutivos de aumento das cotações dos referidos bens.

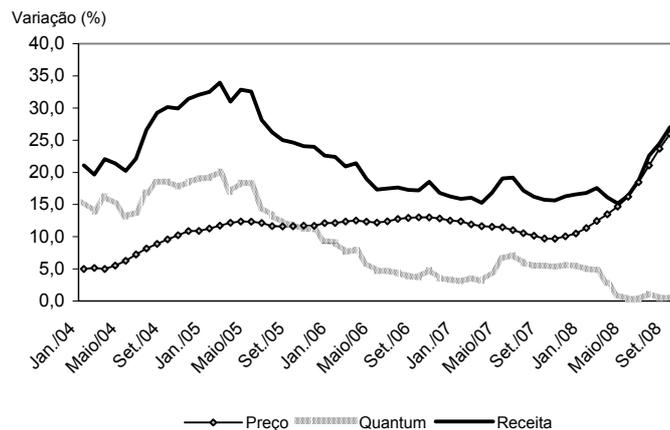
Deve-se considerar ainda que o crescimento das vendas externas totais do País vem sendo sustentado preponderantemente pelos preços, com inexpressiva evolução das quantidades comercializadas, o que amplia o impacto negativo da desvalorização dos produtos sobre as receitas geradas pelas exportações. Conforme estatísticas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), as exportações brasileiras aumentaram 27,0% no período de 12 meses encerrado em setembro de 2008, no confronto com os 12 meses anteriores, refletindo as variações de 26,0% dos preços e de apenas 0,5% dos volumes transacionados. Há quatro anos, no acumulado de 12 meses finalizado em setembro de 2004, as vendas ao exterior avançavam a uma taxa de 30,1%, como resultado dos aumentos de 9,6% dos preços e de 18,6% do *quantum*, o que torna clara a mudança do padrão de crescimento das receitas das exportações, passando a prevalecer um modelo baseado quase que exclusivamente na elevação das cotações das mercadorias comercializadas (gráfico 1).

No ano de 2007, enquanto o volume das exportações mundiais avançou 6,5%, as quantidades vendidas ao exterior pelo País evoluíram 5,5%, indicando perda de espaço, em termos físicos, no comércio internacional. Já em 2008, o *quantum* das exportações globais deverá apresentar aumento de 5,3%, segundo o FMI, ao passo que o volume das vendas externas brasileiras provavelmente registrará variação próxima de zero, em decorrência do movimento de apreciação cambial observado até o início da crise financeira.

No passado recente, como reflexo dos níveis competitivos do câmbio, as taxas de crescimento das quantidades exportadas pelo Brasil superaram as variações do volume das vendas mundiais (gráfico 2), assegurando resultados comerciais positivos mesmo em contextos externos adversos, como em 2001, e potencializando os ganhos em momentos virtuosos da economia global. No biênio 2004-2005, as receitas das exportações nacionais anotaram os maiores aumentos relativos desde o final da década de 1980, por conta não somente da alta dos preços das mercadorias, mas também da expressiva ampliação dos volumes embarcados, propiciada, em considerável medida, pelos favoráveis patamares da taxa cambial alcançados em períodos anteriores, principalmente de 2001 a 2004.

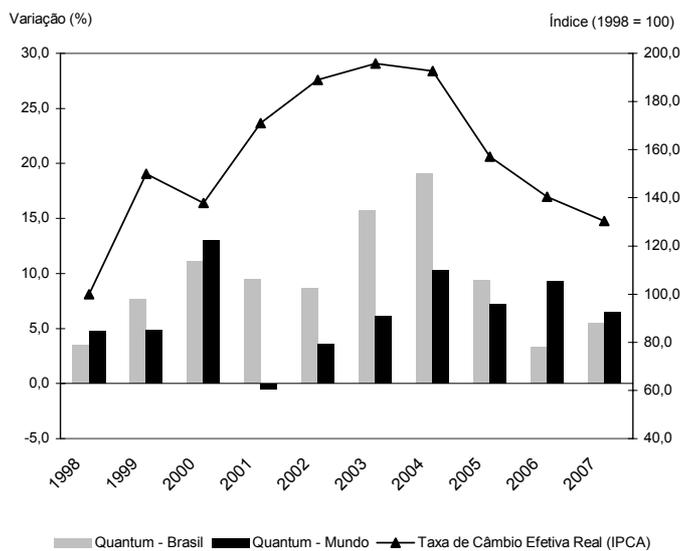
* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS, PREÇOS E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES NO ACUMULADO EM 12 MESES - BRASIL - JAN/2004 - SET/2008P



FONTE: FUNCEX

GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES E ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL - BRASIL E MUNDO - 1998-2007



FONTES: FUNCEX, FMI, Banco Central

Por isso, a provável elevação do câmbio real, diante da nova realidade econômica mundial, conferirá maior competitividade aos produtos brasileiros, estabelecendo melhores condições para o enfrentamento de um cenário de estagnação ou até mesmo retração da demanda externa, com benefícios mais significativos para os segmentos produtores de bens de médio e alto conteúdo tecnológico, cujas exportações foram afetadas razoavelmente pela valorização do real nos últimos anos. No entanto, em uma perspectiva de curto prazo, é importante lembrar a existência de defasagens entre a depreciação cambial e o efeito positivo desse movimento sobre as exportações, não devendo evitar, por conseguinte, uma pronunciada queda da taxa de crescimento do faturamento das vendas externas no próximo ano.

De acordo com as expectativas de mercado levantadas pelo Banco Central, as exportações nacionais poderão totalizar US\$ 205,7 bilhões em 2009 (média das expectativas, coletadas em 24/10/2008), valor que corresponde a um acréscimo de somente 4,0% em relação à estimativa para 2008 (US\$ 197,7 bilhões). Em razão do maior dinamismo projetado para as importações, o saldo da balança comercial deverá alcançar US\$ 11,8 bilhões no encerramento do próximo exercício, ante uma cifra de US\$ 24,3 bilhões em 2008, o que ampliará a necessidade de financiamento externo.

Enfim, a crise indubitavelmente imporá desafios ao comércio exterior brasileiro, que não contará mais com o propício ambiente internacional para atingir altas taxas de crescimento, tornando ainda mais importante uma política efetiva para o avanço da Nação em um contexto de competição global, o que inclui a manutenção da taxa de câmbio, um dos principais preços da economia, em patamares que garantam ganhos de *market share* em vários segmentos. Sem desconsiderar os reflexos inflacionários, a imediata diminuição da capacidade de importação e a conseqüente mudança nas condições para a modernização produtiva (possíveis desdobramentos de uma política cambial mais agressiva cujas intensidades extremas devem ser evitadas), a implementação de ações pró-exportações pode levar, juntamente com outras medidas econômicas, a um processo duradouro e equilibrado de crescimento, com maior solidez do balanço de pagamentos e, em decorrência disso, menor suscetibilidade do País aos choques externos.

ECONOMIA DO PARANÁ: INCERTEZAS E EXPECTATIVAS EM PERÍODO DE CRISE FINANCEIRA GLOBAL

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Os reflexos das turbulências internacionais sobre a atividade econômica no Paraná ainda não foram captados pelos indicadores conjunturais, em razão das defasagens temporais entre as pesquisas de campo e as divulgações dos resultados finais e do efeito não instantâneo da crise financeira sobre o setor produtivo. Nem mesmo o menor crescimento da produção industrial em agosto – da ordem de 1,7%, significativamente abaixo das variações registradas nos meses anteriores (tabela 1) – pode ser imputado aos desdobramentos da crise iniciada no mercado *subprime*, uma vez que, além da discrepância entre o período da pesquisa e a agudização das tensões financeiras, fatores particulares influenciaram o desempenho do setor manufatureiro do Estado.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - PARANÁ - 2008

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)		
	Mês ⁽¹⁾	Acumulado do Ano ⁽²⁾	Acumulado em 12 Meses ⁽³⁾
Janeiro	18,6	18,6	7,8
Fevereiro	12,0	15,3	8,1
Março	1,9	10,2	7,3
Abril	10,0	10,2	7,1
Maiο	14,0	11,0	8,1
Junho	12,4	11,2	8,9
Julho	15,2	11,8	9,3
Agosto	1,7	10,4	8,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

(1) Sem ajuste sazonal, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Em comparação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Em comparação aos 12 meses anteriores.

Entre eles, merece destaque a programada paralisação das operações da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), responsável pela queda de -17,1% da produção física da indústria petroquímica paranaense em agosto, sendo determinante, inclusive, para o declínio de -1,7% do *quantum* do segmento em nível nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção de gasolina no complexo industrial localizado em Araucária, somente a título de exemplo, atingiu o volume de 161,2 mil m³ no período em análise, o que representou decréscimo de -28,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, de acordo com estatísticas da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Ademais, entre os condicionantes do baixo crescimento da indústria estadual, podem-se citar ainda as fracas performances dos ramos de alimentos e produtos químicos. Nesse último caso, houve forte influência das importações de fertilizantes na redução de -47,1% da produção do setor, em comparação a agosto de 2007, evidenciando os efeitos do movimento de apreciação cambial verificado até o agravamento da crise internacional. Já no que se refere à indústria de alimentos, a retração produtiva é consequência principalmente da opção do segmento sucroalcooleiro pelo aumento da oferta de álcool, em detrimento do açúcar, e do notável crescimento das quantidades exportadas de soja em grão, que diminuiu o volume de matéria-prima disponível para a produção de óleo vegetal.

De qualquer modo, os números da indústria do Paraná no período recente ainda são relevantes, com incrementos de 10,4% na produção física nos oito primeiros meses do presente exercício e de 8,8% no acumulado de 12 meses encerrado em agosto, ambos acima dos resultados contabilizados no âmbito nacional. De janeiro a agosto de 2008, o Estado apresenta o terceiro melhor desempenho entre as unidades da Federação, superado apenas pelo Espírito Santo e Goiás.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

Quanto aos futuros reflexos da piora do cenário econômico mundial, pode-se esperar alguma desaceleração da atividade manufatureira, em virtude da provável contração do crédito e da redução dos salários reais, decorrente da recente desvalorização do câmbio, com impactos um pouco maiores sobre os ramos dedicados à oferta de bens duráveis, como o complexo automotivo. Conforme dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) relativos ao mercado brasileiro, as vendas no atacado de automóveis, caminhões, ônibus e comerciais leves recuaram -3,2% em agosto e -4,6% em setembro, no confronto com os meses imediatamente anteriores, considerando apenas os autoveículos produzidos no País.

Tal movimento, revertendo uma tendência iniciada há alguns anos, poderá comprometer a performance global do setor secundário paranaense, dada a elevada contribuição do pólo automobilístico para o crescimento do *quantum* industrial do Estado. Reforçando a possibilidade de redução da produção automotiva, importante grupo transnacional anunciou recentemente férias para funcionários que trabalham no terceiro turno em unidade situada em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Da mesma maneira, não é improvável a diminuição do nível de atividade no terciário, mais especificamente no comércio, a despeito do dinamismo apresentado pelo emprego, importante fator de determinação da evolução desse segmento. No mês de agosto, de acordo com o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista do Paraná avançou consideráveis 9,5% (tabela 2), o que elevou a variação no acumulado do ano para 7,6%, próxima do resultado referente ao período dos últimos 12 meses (7,3%).

TABELA 2 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - 2008

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)		
	Mês ⁽¹⁾	Acumulado do Ano ⁽²⁾	Acumulado em 12 Meses ⁽³⁾
Janeiro	10,2	10,2	7,1
Fevereiro	8,8	9,5	7,4
Março	8,1	9,0	7,3
Abril	4,3	7,8	7,2
Mai	6,3	7,5	7,2
Junho	3,7	6,9	6,9
Julho	9,7	7,3	7,1
Agosto	9,5	7,6	7,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

(1) Sem ajuste sazonal, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Em comparação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Em comparação aos 12 meses anteriores.

Finalmente, no que tange ao setor primário, são procedentes as preocupações dos produtores rurais quanto ao declínio dos preços agrícolas e à insuficiência de crédito. Na primeira questão, não obstante algumas quedas razoáveis das cotações em momentos de alta volatilidade do mercado internacional, inexistem, por enquanto, sinalizações claras de recuo forte e continuado dos preços ao produtor. De toda forma, a rentabilidade da agricultura no Estado dependerá também da nova taxa de equilíbrio do câmbio, especialmente no caso dos produtos comercializáveis no exterior.

Em relação ao crédito, com as antecipações e as injeções adicionais de recursos pelo governo federal, espera-se compensar parcialmente a redução dos financiamentos realizados pelos agentes privados, em sua maioria *tradings* e indústrias processadoras multinacionais voltadas ao atendimento da demanda externa, que, com a intensificação da crise, passaram a limitar a concessão de empréstimos, por meio de contratos de venda futura.

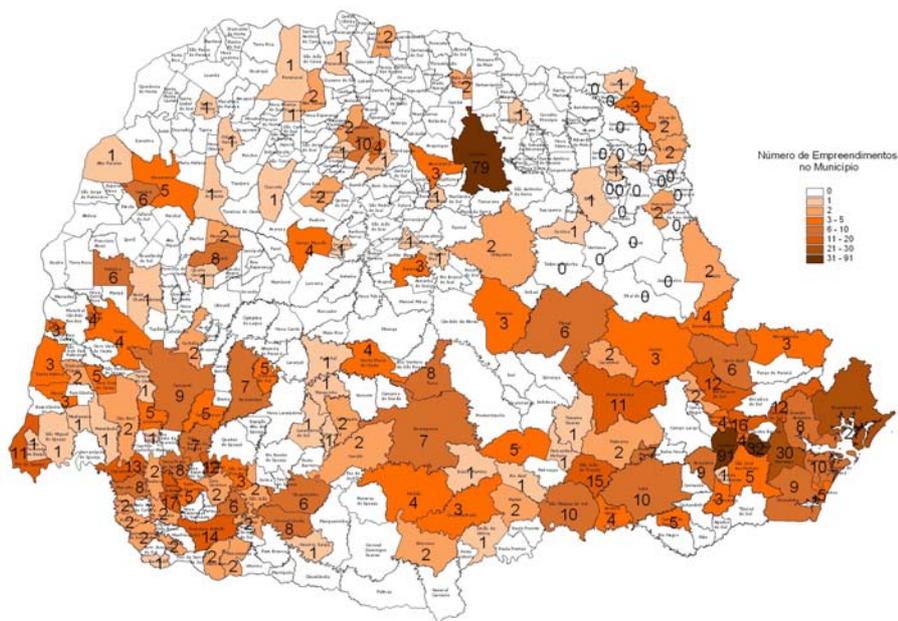
CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ

Maria Saléte Zanchet*

Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, por meio desta, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais cujo processo produtivo é organizado pelos trabalhadores que são gestores da produção e das relações de trabalho e participam das decisões. O processo produtivo é caracterizado pela solidariedade e pela cooperação, e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo. Entre as ações implementadas pelo Programa está a realização, em nível nacional, do levantamento de dados denominado *mapeamento*, com os objetivos de proporcionar visibilidade à economia solidária e oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas. Os dados obtidos no mapeamento compõem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).¹ Na Região Sul, foram cadastrados 3.583 empreendimentos econômicos solidários (EES), destacando-se o Rio Grande do Sul, com 2.085 empreendimentos.

No Paraná, com base no levantamento de campo realizado em 2005 e complementado em 2007, foram cadastrados no SIES um total de 808 EES, localizados em 143 municípios, cuja distribuição espacial pode ser observada no mapa 1. Presentes em pouco mais de um terço do total de municípios paranaenses, os EES estão concentrados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no município de Londrina, que correspondem aos grandes aglomerados urbanos. A RMC e a microrregião de Londrina agregam cerca de 36,6% da população total do Paraná, estimada em 10 milhões pessoas.

MAPA 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ - 2007



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego/Economia Solidária/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)

* Engenheira Agrônoma, pesquisadora do IPARDES.

¹ Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

Quanto à forma de organização, observa-se que, do total de EES cadastrados no Paraná, 482 são de responsabilidade de grupos informais, ou seja, não possuem nenhum tipo de registro legal ou formalização junto a órgãos públicos municipais, estaduais ou

federais, e outros 235 são registrados (formalizados) com a natureza jurídica de associação. Há também 86 cooperativas, que são definidas como sociedade de pessoas que se obrigam, mediante celebração de contratos de sociedades cooperativas, a contribuir, com bens e serviços, para exercício de uma atividade econômica de proveito comum, podendo ter por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade. Outras formas de organização encontradas em menor número foram as sociedades mercantis em nome coletivo e por cotas de responsabilidade limitada.

É possível observar que o processo de criação de EES é relativamente recente no Paraná: dos 808 empreendimentos cadastrados, cerca de 506 foram implantados após 2001 e outros 244 iniciaram suas atividades entre os anos de 1991 e 2000; apenas 58 foram criados antes de 1990. No momento da entrevista, 706 EES estavam em funcionamento, e 106 se encontravam em fase de implantação. Há que se destacar o apoio do governo federal às atividades econômicas com gestão solidária, especialmente após 2003, situação evidenciada pelo levantamento de campo. A motivação para criação do empreendimento teve como respostas mais frequentes a alternativa para o desemprego e a fonte complementar de renda dos associados, seguida da expectativa de obtenção de maiores ganhos pelo empreendimento associativo.

Quanto à área de atuação, os empreendimentos foram classificados como rurais, urbanos e mistos. Dos empreendimentos paranaenses cadastrados, 379 EES têm atuação exclusivamente na área urbana e 264 são rurais. A alternativa mista (rural e urbana) foi prevista para as situações em que o empreendimento apresenta atuação na área rural conjuntamente com atividade na área urbana; no Paraná, foram cadastrados 163 EES com essa característica. Como exemplo de alternativa mista, há os empreendimentos cuja produção ocorre em estabelecimentos agropecuários, porém a unidade de beneficiamento localiza-se na sede do município ou distrito, como é o caso dos laticínios.

A informação sobre a área de atuação é relevante na proposição de políticas públicas, uma vez que a operacionalização destas está diretamente ligada com a origem dos recursos públicos para políticas setoriais. Podemos citar a realização de capacitação de trabalhadores envolvidos em atividades econômicas localizadas na área urbana, que podem se beneficiar de recursos oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego. Em contrapartida, os trabalhadores rurais têm acesso aos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na tipificação e no dimensionamento da atividade econômica dos empreendimentos solidários, foram identificadas até três atividades econômicas principais, descritas de forma sumária no levantamento de campo. Por ocasião da inclusão dos dados no sistema informatizado, foi utilizada a codificação da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), importante instrumento de análise dos registros administrativos e fiscais e que permite a desagregação das atividades econômicas em seção, divisão, grupo, classe e subclasse. Cerca de 62,3% dos EES no Paraná estão inseridos na seção D - Indústria de transformação (495 EES), que corresponde também ao setor mais dinâmico da economia paranaense, e, em menor proporção, na seção A - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (139 EES). As atividades econômicas da indústria de transformação mais frequentes nos empreendimentos paranaenses referem-se à fabricação de artefatos e artigos têxteis; confecção de artigos do vestuário; fabricação de produtos alimentícios; fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado – exceto móveis. Outras atividades identificadas referem-se ao comércio atacadista, crédito cooperativo e reciclagem de sucatas não-metálicas e comércio atacadista de resíduos e sucatas, nas quais estão envolvidos os demais empreendimentos cadastrados.

O SIES pode constituir fonte de informações para a proposição de políticas públicas com vistas no desenvolvimento econômico com inclusão social, pois permite evidenciar as características dos EES em nível nacional e também de forma desagregada por Unidade da Federação e municípios.

Com base nos dados do mapeamento da economia solidária, é possível observar que os empreendimentos cadastrados no Paraná refletem os setores mais dinâmicos do mercado de trabalho, com destaque para a indústria de transformação da área têxtil. Entretanto, as características predominantes em boa parte dos empreendimentos – ou seja, recente, informal e criado como alternativa para o desemprego – indicam fragilidade e refletem a dificuldade de inserção no mercado de trabalho de parcela da população economicamente ativa.

AGRICULTURA

Projeto do IAPAR receberá R\$ 3,2 milhões

O Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) receberá R\$ 3,2 milhões por meio do Programa de Produção de Sementes Genéticas e Básicas, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Os recursos serão destinados ao desenvolvimento das culturas de feijão, arroz, café, milho, trigo, triticale e aveia, além da produção de sementes de lavouras para adubação verde.

Os recursos serão alocados em dez estações experimentais e na aquisição de tratores, automóveis e insumos agrícolas.

IAPAR: 3,2 mi para programa de sementes. **Folha de Londrina**, 3 set. 2008. Economia, p.4.

AGROINDÚSTRIA

Parceria entre COOPERMIBRA e CHS

A Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil (COOPERMIBRA), que atua no setor de grãos há dez anos, expandiu sua parceria com a CHS, terceira maior cooperativa dos Estados Unidos. A ligação entre as duas existe há mais de três anos, com o objetivo de desenvolver a produção de soja e milho. Com o aprofundamento da relação, a CHS planeja processar alimentos e produzir fertilizantes, sementes e agroquímicos no País, repetindo o modelo de negócios praticado na América do Norte. No ano passado, o faturamento da CHS no Brasil alcançou R\$ 200 milhões.

A COOPERMIBRA tem sede em Campo Mourão, na região Centro-Ocidental do Estado, e conta com 6.200 produtores afiliados, responsáveis pela produção anual de 600 mil toneladas de grãos. A cooperativa paranaense espera que a associação facilite o acesso ao crédito e permita incremento nos investimentos em armazenagem.

SCHAEFFER, Cinthia. Norte-americana CHS consolida parceria com a COOPERMIBRA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 set. 2008. p.24.

ZAFALON, Mauro. Gigante dos EUA mira cooperativa do PR. **Folha de S. Paulo**, 2 set. 2008. Dinheiro, p.B17.

Consórcio de cooperativas

Vinte e uma cooperativas do Paraná estão se unindo para formar o Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário (COONAGRO), com objetivo de adquirir e fabricar insumos, principalmente fertilizantes.

Além disso, a COONAGRO realizará a exportação da produção dos consorciados e a importação de defensivos agrícolas. Planeja, também, fornecer medicamentos veterinários para os associados e investir em estocagem e transporte.

ZAFALON, Mauro. Cooperativas do PR formam consórcio para ter insumos. **Folha de S. Paulo**, 9 set. 2008. Dinheiro, p.B12.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1º/09/2008 e 31/10/2008.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

Tyson Foods inicia operações no Brasil

Maior processadora de carne do mundo, a Tyson Foods iniciou oficialmente suas operações no Brasil por meio da aquisição de frigoríficos no Paraná e em Santa Catarina. O abatedouro de aves Frangobrás, inaugurado em setembro em Campo Mourão (região Centro-Ocidental Paranaense), teve seu controle societário vendido à multinacional norte-americana. A unidade tem capacidade diária de abate de 160 mil aves, havendo expectativa de que R\$ 65 milhões sejam investidos no abatedouro pela nova controladora.

A Tyson Foods também adquiriu integralmente os frigoríficos catarinenses Macedo e Avita. A empresa, que em 2007 faturou US\$ 26,9 bilhões, distribui seus produtos em 80 países. O abate de bovinos responde por 47% da receita da companhia, seguido por aves (31%), suínos (12%) e alimentos industrializados (10%).

CRUZ, Patrick. Tyson ratifica aquisições e promete mais investimentos. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 set. 2008. Empresas, p.B11.

TYSON Foods anuncia entrada no Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 set. 2008. p.24.

TYSON Foods compra empresas no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, 18 set. 2008. Economia, p.B20.

COCAMAR reforça sua estrutura

A COCAMAR Cooperativa Industrial, com sede em Maringá, região Norte Central do Paraná, está investindo R\$ 10 milhões na sua rede de recepção de grãos. Oito dos trinta entrepostos da cooperativa em operação no Estado estão sendo reestruturados.

COCAMAR investe em entrepostos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 out. 2008. Caminhos do Campo, p.2.

Unifrango busca mercado externo

O grupo Unifrango, que reúne 19 empresas, investirá R\$ 200 milhões para expandir suas exportações a partir de 2009. Será construído em Apucarana, Norte do Estado, um complexo agroindustrial que contará com centro de distribuição, terminal para embarque de contêineres, fábrica de ração e frigorífico com capacidade para abater 170 mil frangos por dia.

O grupo exporta cerca de 25% das 80 mil toneladas de carne produzidas mensalmente para 120 países. São abatidas diariamente 1,8 milhão de cabeças de frango pelas empresas componentes. Atualmente, seus produtos são vendidos com diversas marcas, mas há a intenção de criar uma única identificação para o mercado externo.

No primeiro semestre de 2008, a receita do grupo atingiu R\$ 180 milhões, 106% superior à alcançada no mesmo período do ano passado.

LIMA, Marli. Unifrango, do Paraná, fortalece a marca para conquistar mercados. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 out. 2008. Empresas, p.B12.

INDÚSTRIA

Bematech começa a exportar

A Bematech, empresa voltada à automação comercial, fechou seu primeiro contrato de exportação, no valor de US\$ 1,2 milhão, com a rede de varejo Unicomer, de capital salvadorenho. A Bematech instalará equipamentos e programas e fornecerá manutenção às 459 lojas da rede, presente em 18 países. Os testes serão iniciados no final do ano e a expectativa é de que, em março de 2009, os sistemas brasileiros estejam em operação.

O segmento de *hardware* corresponde a 68% do faturamento da empresa, seguido por serviços (19%) e *software* (13%).

LIMA, Marli. Bematech fecha contrato de exportação com rede Unicomer. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 set. 2008. Empresas, p.B3.

Kraft expande produção de chocolates

A multinacional norte-americana Kraft Foods aplicará US\$ 50 milhões na elevação da capacidade de fabricação de chocolates da planta de Curitiba. Estima-se que a expansão esteja concluída em 2009.

A estratégia da empresa é aumentar o número de lançamentos, utilizando marcas já consolidadas no mercado nacional.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Mercado brasileiro de doces anima a Kraft. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 set. 2008. p.23.

Comtrafo recebe aporte do BNDES

A indústria de transformadores elétricos Comtrafo, localizada em Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro, teve 25% de sua composição societária adquirida pelo BNDESPAR, braço do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que administra a participação do banco na propriedade de empresas, privadas ou estatais.

Fundada há 20 anos, a companhia paranaense planeja expandir sua capacidade produtiva, produzir equipamentos mais potentes e exportar até 20% dos transformadores fabricados. Uma nova unidade industrial, destinada à fabricação de cordas de silício, componentes dos transformadores, deve ser inaugurada até o final de 2008.

MAZZINI, Fernanda. Empresa de Cornélio tem BNDES como sócio. **Folha de Londrina**, 12 set. 2008. Economia, p.3.

Pado desenvolve novos produtos

Em busca de novos mercados, a Pado, fabricante de fechaduras, cadeados e acessórios, localizada em Cambé, lançou novas linhas de maçanetas e puxadores. Para tanto, contratou serviços de desenho industrial da empresa norte-americana BMW Designworks e construiu um novo setor de cromagem.

A indústria paranaense vem produzindo cerca de 20 mil peças por mês dos novos modelos.

ARAUJO, Eli. Pado terá maçanetas elaboradas pela BMW. **Folha de Londrina**, 12 set. 2008. Economia, p.4.

Artecola compra a MVC

A MVC Componentes Plásticos, indústria de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), teve seu controle acionário transferido à Artecola, indústria química de Campo Bom (RS). O Grupo Marcopolo, antigo controlador da MVC, será remunerado de acordo com o desempenho futuro da empresa, voltada para o mercado de peças automotivas. Estima-se que o valor da aquisição alcance R\$ 55 milhões.

Criada há 20 anos com o objetivo de suprir a Volvo, a MVC diversificou sua clientela. A receita bruta da indústria alcançou R\$ 100 milhões no ano passado. O mercado externo responde por 10% de seu faturamento.

LIMA, Marli. Marcopolo vende 54% da MVC para Artecola. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 set. 2008. Empresas, p.B8.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Artecola compra a MVC por R\$ 55 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 set. 2008. p.23.

Editora Aymará cresce com linha infantil

A Editora Aymará, sediada em Curitiba, teve grande crescimento em sua receita graças ao lançamento de livros voltados ao ensino fundamental. Nos últimos três anos, a empresa investiu R\$ 12 milhões na edição de, aproximadamente, trezentos títulos educacionais.

LIMA, Marli. Aymará fatura mais com crianças. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 set. 2008. Empresas, p.B8.

Leão Júnior em Fazenda Rio Grande

A indústria Leão Júnior, adquirida pela Coca-Cola Brasil em março de 2007, construirá uma planta em Fazenda Rio Grande, município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A nova fábrica deve ser inaugurada até meados de 2009 e substituirá a unidade localizada na capital. O terreno que abrigará as futuras instalações tem 110 mil metros quadrados, quatro vezes maior do que a área atualmente ocupada, e poderá, futuramente, receber uma unidade de produção da linha líquida – de chás prontos para o consumo.

Toda a linha de beneficiamento de chás secos será transferida. Estima-se que o investimento exigido para a mudança atingirá valor entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões.

CASA nova para Leão. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 out. 2008. Empresas, p.B1.

FÁBRICA da Leão vai para Fazenda Rio Grande. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 out. 2008. p.21.

Projetos de biodiesel

Criada há quase dois anos, a Companhia Brasileira de Energias Alternativas e Renováveis (CBEAR) apresentou projeto de instalação de usina de biodiesel na região Centro-Sul do Paraná, em município ainda não definido. A planta poderá apresentar capacidade de produção anual de 600 milhões de litros e utilizará soja, girassol, canola e tungue como fontes primárias. Prevê-se o início das operações para fevereiro de 2010 e toda a produção será exportada.

A Petrobras escolheu o município de Palmeira, nos Campos Gerais, para a implantação de usina com capacidade de produção de 113 milhões de litros de biodiesel. Os estudos de viabilidade técnica foram concluídos, e a construção demandará investimentos estimados em R\$ 120 milhões.

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL) tem projeto de implantação de uma usina no Sudoeste do Estado, em associação com pequenos agricultores, capaz de produzir 5 mil litros do combustível diariamente.

CRUZ, Patrick. Com novos projetos, Paraná tenta engrenar no biodiesel. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 out. 2008. Empresas, p.B12.

MENDES, Karla Losse. PR terá maior usina de biocombustível do mundo. **Folha de Londrina**, 15 out. 2008. Economia, p.1.

ROCHER, José. Companhia recém-criada lança no PR maior usina de biodiesel do mundo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2008. p.28.

Sadia reconstrói fábrica em Toledo

A Sadia reconstruiu sua fábrica em Toledo, destruída por incêndio em 2006. Foram investidos R\$ 173 milhões na indústria e R\$ 33 milhões em outras instalações que a companhia possui no município. A unidade é capaz de produzir, anualmente, 70 mil toneladas de alimentos à base de carne de aves e de suínos. A produção é voltada preponderantemente para o mercado externo.

LIMA, Marli. Empresa adia investimentos previstos para 2009. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 out. 2008. Empresas, p.B11.

SADIA inaugura nova fábrica em Toledo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 out. 2008. p.12.

SONDA, Luiz. Sadia revê plano de expansão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2008. p.21.

Volvo Penta em Curitiba

Visando reduzir prazos de entrega, a Volvo Penta Brasil, estabelecida há mais de 30 anos no Rio de Janeiro, transferirá suas operações para Curitiba. A empresa é a divisão de motores marítimos e industriais da multinacional sueca.

VOLVO transfere unidade para a Capital. **Folha de Londrina**, 17 out. 2008. Economia, p.3.

Novozymes investe em Araucária

A Novozymes, multinacional dinamarquesa de desenvolvimento de biotecnologia, investiu R\$ 1 milhão em sua planta em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), para adaptá-la à produção de nova enzima utilizada na ração de aves.

O produto é resultado de dez anos de pesquisas e investimento estimado em 10 milhões de euros, realizado em parceria com a companhia holandesa DSM Nutritional Products. A estimativa é de que a planta paranaense produza, mensalmente, 150 toneladas da enzima – que será exportada para América do Norte, Europa e Turquia.

PALACI, Cláudia. Enzima barateia ração para aves. **Folha de Londrina**, 28 out. 2008. Economia, p.4.

Heringer investe R\$ 140 milhões

A Fertilizantes Heringer investiu R\$ 140 milhões para a construção de novas linhas de produção em seu complexo industrial, localizado em Paranaguá. Terá capacidade de fabricar, anualmente, 200 mil toneladas de ácido sulfúrico e 250 mil toneladas de supersimples granulado, insumos para a formulação de adubos. O vapor gerado pela produção de ácido sulfúrico alimentará a usina do complexo e tornará a indústria auto-suficiente em termos energéticos.

Os recursos utilizados na ampliação foram captados por meio da abertura de capital da empresa no ano passado. No primeiro semestre de 2008, a receita bruta da companhia foi 95% superior à registrada no mesmo período de 2007.

LOPES, Fernando. Com nova unidade no Paraná, Heringer inicia verticalização. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 out. 2008. Empresas, p.B11.

SERVIÇOS

Multiplan investirá R\$ 42 milhões em *shopping*

A Multiplan, administradora do ParkShopping Barigüi, em Curitiba, anunciou que o empreendimento passará por expansão, orçada em R\$ 42 milhões. Serão construídas 83 novas lojas, divididas em dois pavimentos, que ocuparão 8,6 mil metros quadrados.

ANUNCIADA expansão do ParkShopping Barigüi. **Folha de Londrina**, 5 set. 2008. Economia, p.3.

APC investirá R\$ 140 milhões

A Associação Paranaense de Cultura (APC), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), prepara-se para investir R\$ 140 milhões na área de saúde, R\$ 5 milhões em comunicação e R\$ 105 milhões em educação. Os aportes devem ocorrer entre 2008 e 2011. Estima-se que a receita anual do grupo, que, além da PUCPR, administra quatro hospitais, uma rede de televisão e três estações de rádio, alcance R\$ 500 milhões.

Nos últimos cinco anos, a expansão de sua rede de ensino em municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e do interior do Estado gerou crescimento de 23% no número de estudantes matriculados.

LIMA, Marli. Gestão profissional no Paraná investe em *marketing*. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 set. 2008. Empresas, p.B4.

HSBC investe em centro de tecnologia

O banco HSBC investiu R\$ 5 milhões na expansão das instalações de seu centro de tecnologia em Curitiba. Criado há dois anos, com investimento de R\$ 12 milhões, essa divisão desenvolve projetos para operações do banco no Brasil, no Canadá, nos Estados

Unidos, na Inglaterra, no México e na França. Estima-se que, nesse período, os serviços dos técnicos de Curitiba tenham economizado US\$ 30 milhões ao grupo HSBC.

Atualmente, o centro de tecnologia de Curitiba desenvolve ferramentas de informática para transferências bancárias e para visualização de demonstrativos financeiros.

LIMA, Marli. HSBC investe para ampliar unidade de TI no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 set. 2008. Empresas, p.B3.

Terminal de grãos em Paranaguá

A MRC Serviços Ferroviários recebeu financiamento de R\$ 27,1 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de terminal de armazenagem de grãos na BR-277, a pouco mais de seis quilômetros do Porto de Paranaguá. O empréstimo corresponde a 80% do valor estimado para a instalação do terminal, que, inicialmente, será alugado à América Latina Logística do Brasil (ALL).

A capacidade estimada de armazenagem da instalação é de 100 mil toneladas, sendo capaz de mover até 1.500 toneladas por hora.

BNDES financia terminal de grãos em Paranaguá. **Folha de Londrina**, 25 set. 2008. Economia, p.4.

PARANAGUÁ terá novo terminal de grãos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 set. 2008. Economia, p.28.

Sol Linhas Aéreas funcionará em 2009

A Sol Linhas Aéreas, sediada em Cascavel, conseguiu da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) autorização de funcionamento. Uma aeronave com capacidade para 19 passageiros foi encomendada, e a companhia planeja adquirir outras três em 2009. O investimento total é estimado em US\$ 100 milhões, incluindo a expansão e a remodelagem de hangar no Aeroporto Municipal de Cascavel.

A expectativa é de que a empresa inicie suas operações em janeiro do próximo ano, com linhas regulares de Cascavel para Curitiba, Foz do Iguaçu e Maringá. Outras rotas estão sendo estudadas.

EMPRESA aérea do PR pede registro na Anac. **O Estado de S. Paulo**, 14 out. 2008. Economia, p.B17.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Empresa aérea do PR estréia em janeiro. **Gazeta do Povo**, 15 out. 2008. Economia, p.24.

PEREIRA FILHO, Edson. Paranaenses ganham o céu do País. **Folha de Londrina**, 25 out. 2008. Economia, p.1.

Shineray abre lojas no Paraná

A importadora oficial da Shineray, fabricante chinesa de motocicletas, ampliará sua rede de concessionárias no Paraná. A companhia possui representantes em Londrina e Araçongas, no Norte do Estado, e pretende inaugurar uma loja em Maringá e quatro em Curitiba nos próximos meses.

A importadora, ligada à rede de distribuição de combustíveis Total, planeja contar com 18 revendas no Estado até 2010.

MIGUEL, Hélio. Nova marca de motocicleta ganha espaço no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 22 out. 2008. p.14.

TROVÃO, Renyere. Marca chinesa de motos expande rede no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 out. 2008. p.24.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008 ⁽¹⁾	6 496	16 089	2 477	47 020	172 613	3 671	27 740	681 065	24 552

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008 ⁽¹⁾	96 943	146 006	1 506	647 433	56 290 145	86 944	36 751	128 810	3 505

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008 ⁽¹⁾	508 805	775 293	1 524	176 316	4 086 290	23 176	2 977 907	15 440 855	5 185

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008 ⁽¹⁾	447	1 023	2 289	3 972 268	11 785 263	2 967	1 139 578	3 050 597	2 677

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2008

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Maio	174 150	25 067	40 391
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	161 478	23 230	37 481
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	168 954	22 726	39 401
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	183 387	24 239	38 801
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	166 480	23 182	34 590
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	195 040	31 336	36 530
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	187 998	28 162	36 271
2004	1 557 747	276 806	340 568	Dezembro	177 517	25 686	32 275
2005	1 788 481	308 947	367 765	2008 ⁽¹⁾	1 187 524	140 369	220 894
2006	1 856 061	316 898	390 394	Janeiro	207 622	23 875	36 983
2007 ⁽¹⁾	2 057 318	295 010	437 152	Fevereiro	185 110	21 375	33 944
Janeiro	171 625	24 474	36 043	Março	193 812	20 218	34 780
Fevereiro	148 550	22 662	33 603	Abril	199 771	24 909	37 634
Março	167 834	22 124	38 377	Maio	200 351	26 589	38 286
Abril	154 305	22 120	33 389	Junho	200 858	23 403	39 267

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2008

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007 ⁽¹⁾	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	3 066 823	40,11	732 964	9,59	3 707 652	48,49	138 265	1,81	7 465 705
Janeiro	257 432	25,17	121 447	11,87	625 783	61,19	18 106	1,77	1 022 768
Fevereiro	346 458	35,56	85 808	8,81	521 469	53,52	20 688	2,12	974 423
Março	417 813	37,92	96 665	8,77	573 064	52,01	14 355	1,30	1 101 898
Abril	537 568	45,24	104 914	8,83	537 739	45,25	8 095	0,68	1 188 315
Maio	912 919	48,79	141 739	7,58	772 403	41,28	44 003	2,35	1 871 064
Junho	594 635	39,98	182 391	12,26	677 193	45,53	33 018	2,22	1 487 237
Julho	832 311	46,09	194 045	10,74	745 504	41,28	34 141	1,89	1 806 000
Agosto	468 709	34,13	179 176	13,05	684 278	49,82	41 237	3,00	1 373 400
Setembro	455 844	33,54	184 086	13,55	682 200	50,20	36 921	2,72	1 359 051

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2008

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 484
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007 ⁽¹⁾	12 352 857	9 016 749	3 336 109	160 649 073	120 624 439	40 024 634
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 468 319	2 515 549
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 221	2 899 285
Março	1 005 314	751 224	254 090	12 888 956	9 583 081	3 305 875
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 307	4 177 865
Maio	1 086 942	740 509	346 433	13 647 281	9 793 915	3 853 366
Junho	1 121 023	608 699	512 324	13 118 083	9 297 190	3 820 893
Julho	1 139 258	1 055 803	83 455	14 119 548	10 775 578	3 343 970
Agosto	1 177 934	733 397	444 537	15 100 029	11 558 343	3 541 686
Setembro	1 063 477	867 363	196 114	14 165 675	10 694 466	3 471 209
Outubro	1 245 111	975 522	269 589	15 767 822	12 333 796	3 434 026
Novembro	1 092 687	837 843	254 844	14 051 330	12 025 393	2 025 938
Dezembro	971 695	925 547	46 149	14 230 803	10 595 830	3 634 973
2008 ⁽¹⁾	9 451 705	8 268 237	1 183 467	111 096 090	96 458 282	14 637 808
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Maio	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751
Agosto	1 373 400	1 365 898	7 502	19 746 867	17 472 187	2 274 680
Setembro	1 359 051	1 353 411	5 640	20 017 208	17 262 870	2 754 337

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2008

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11	95,49	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53	111,68	
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46	110,74	
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22	108,44	
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39	169,28	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88	125,30	
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18	80,79	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06	347,85	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97	143,64	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22	117,35	

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08		
Combustíveis e lubrificantes	93,24	84,92	80,59	74,37	75,25	83,95	76,56	81,56	88,22	86,35	91,23	97,78	94,77	101,59		
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	114,28	120,84	118,82	118,30	151,80	118,00	118,39	112,34	131,79	119,37	116,07	110,01	113,27	119,88		
Hipermercados e supermercados	113,26	119,90	117,66	117,24	150,82	116,86	117,68	111,40	130,69	118,11	114,48	108,78	111,90	118,53		
Tecidos, vestuário e calçados	107,18	98,71	105,38	112,49	195,85	112,32	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	111,10	112,42		
Móveis e eletrodomésticos	182,58	166,93	189,45	191,95	271,70	184,71	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,11	198,97	197,05		
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	137,92	131,65	138,69	139,12	163,56	137,55	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	157,74	152,41		
Livros, jornais, revistas e papeleria	86,27	74,08	61,69	62,72	122,01	99,50	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	97,00	107,56		
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	355,91	352,63	368,70	370,65	498,93	392,47	425,62	324,40	358,38	407,68	397,94	440,81	483,56	1034,15		
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	157,85	150,55	173,81	175,84	311,70	172,33	167,21	141,05	185,60	161,48	197,39	181,24	184,92	194,37		
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	120,89	119,66	122,15	121,93	164,31	123,28	123,75	112,01	129,92	123,82	129,10	121,10	125,41	132,34		

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2008

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	105,6	106,1
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	88,1	90,9
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	115,8	108,9
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	89,2	90,3
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	115,0	107,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	197,9	197,8
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	86,9	69,5
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	58,0	79,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	108,7	100,4
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	90,8	97,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	90,7	99,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	123,6	125,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	122,2	116,2
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	167,6	176,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	81,9	84,5

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																		
	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08
Indústria de transformação	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	117,0	131,6	125,3	118,9	130,8	133,6	142,5	138,2	146,6	139,1
Alimentos	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	95,7	106,3	94,9	78,8	103,8	111,5	125,3	123,2	137,5	122,9
Bebidas	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	177,6	108,8	114,0	102,1	120,1	109,3	105,1	102,4	103,8	123,2
Madeira	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	94,8	97,5	103,3	101,7	104,8	92,6	92,2	90,6	97,5	94,3
Celulose, papel e produtos de papel	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	123,2	132,0	131,9	123,1	131,3	133,5	135,1	136,9	142,3	119,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	236,6	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	150,0	237,8	229,5	210,7	203,9	227,2	351,7	204,0	211,5	214,9
Refino de petróleo e álcool	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	103,0	98,6	91,2	89,1	94,5	99,4	108,6	108,6	113,5	88,0
Outros produtos químicos	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,8	67,8	78,4	66,2	51,7	68,0	56,2	86,2	82,6	56,2
Borracha e plástico	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	107,1	120,6	117,4	110,6	119,2	124,0	129,5	122,6	133,8	134,5
Minerais não-metálicos	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	83,0	111,8	100,6	106,9	111,8	112,0	119,2	120,1	130,0	134,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	91,0	109,4	98,0	96,6	105,5	117,0	118,1	121,3	127,8	122,9
Máquinas e equipamentos	147,1	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	165,4	158,2	166,3	161,5	158,1	170,4	165,2	172,8	169,8	142,4	165,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	131,6	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	134,8	134,2	150,1	136,1	129,1	117,9	123,1	148,6	145,8	129,5
Veículos automotores	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	194,8	271,3	245,3	260,0	297,0	287,1	265,9	272,4	315,7	323,1
Mobiliário	92,6	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	113,1	86,3	90,6	81,7	81,4	81,7	90,7	91,6	101,2	105,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2008

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,0	108,6
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1	76,5
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,4	109,0
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	155,5	155,7
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8	84,3
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2	91,7
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7	126,2
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0	108,8
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3	47,7
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1	127,0
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4	260,2
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1	108,2
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,5	96,3
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5	128,3
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0	66,5
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2	95,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5	135,1
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2	96,8
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4	142,2
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5	65,4

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08
Indústria geral	110,3	111,4	111,3	110,9	108,7	110,2	109,4	109,9	110,2	110,8	110,4	110,7	111,1	111,5
Indústrias extrativas	77,0	76,1	76,2	76,4	75,2	75,1	73,0	75,4	75,9	75,8	75,9	75,4	74,7	74,8
Indústria de transformação	110,7	111,9	111,7	111,3	109,2	110,6	109,8	110,4	110,6	111,2	110,8	111,1	111,6	111,9
Alimentos e bebidas	154,7	157,4	157,4	157,4	155,9	160,9	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,4	162,6	160,9
Fumo	85,2	86,0	89,0	98,4	99,2	194,0	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4	106,5	104,5
Têxtil	94,3	92,8	86,1	85,8	83,6	87,0	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5	85,0	86,0
Vestuário	129,7	130,2	126,1	127,6	121,5	118,2	116,5	119,3	117,9	119,3	117,1	116,5	114,2	116,3
Calçados e couro	112,5	113,2	114,5	113,1	97,3	100,5	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4	106,9	111,5
Madeira	51,7	52,2	51,1	49,2	49,0	49,5	50,4	50,2	49,7	48,7	48,2	47,1	44,2	43,4
Papel e gráfica	127,3	129,9	129,8	128,5	127,3	123,9	124,0	124,4	123,5	123,9	123,75	123,9	123,9	127,4
Refino de petróleo e combustíveis	263,8	268,1	268,1	254,7	177,3	214,8	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8	295,4	293,0
Produtos químicos	108,4	109,4	108,7	109,0	108,8	111,9	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1	114,8	115,1
Borracha e plástico	97,2	93,3	94,3	93,7	91,0	89,7	88,0	89,6	90,1	90,0	90,7	94,7	93,9	94,4
Minerais não-metálicos	130,6	129,2	132,5	132,1	131,8	134,2	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	133,2	136,6	135,6
Metalurgia básica	69,1	69,3	72,2	71,6	71,1	71,0	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1	71,1	72,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,6	98,9	99,4	99,2	97,6	96,8	98,3	97,3	95,8	97,0	95,7	100,0	103,6	105,5
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	139,4	141,4	143,8	145,7	147,7	158,4	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0	165,6	166,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	94,0	94,4	93,2	91,0	90,2	100,3	96,6	98,1	99,7	101,8	105,2	105,6	107,4	107,6
Fabricação de meios de transporte	145,5	148,6	149,0	149,7	149,4	149,3	147,4	147,9	150,3	149,4	151,3	151,9	152,0	150,0
Fabricação de outros produtos	65,2	66,2	68,9	69,6	70,4	65,0	68,7	67,3	64,4	63,8	61,0	60,5	62,1	63,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2008

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983
Dezembro	-17 203	-1 554	-1 016	-4 954	-6 491	-	-31 218
2008	43 012	14 236	19 433	33 798	12 318	-	122 797
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635
Agosto	3 474	1 831	3 998	5 264	128	-	14 695
Setembro	6 264	1 623	4 454	4 594	469	-	17 404

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2007

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 622	-0,10	2 147 239	3,16
2006 ⁽³⁾	131 982	1,4	2 332 936	3,75
2007 ⁽³⁾	145 637	6,0	2 558 821	5,42

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br